



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 04/21-25
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
2022/01/14

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Aos catorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, antes de dar início aos trabalhos e na sequência de um acordo no conselho de representantes, leu uma manifestação de pesar pela morte de Francisco José Torres Sampaio;

“Francisco Sampaio nasceu em Barcelos em 1937, viveu na sua infância e adolescência em afife, casou e estabeleceu residência em vila praia de âncora - Município de Caminha - tornando-se Ancorense;

Amante da sua terra e das suas gentes, Francisco Sampaio, será sempre lembrado como alguém que estava sempre disponível para colaborar com a comunidade;

Foi funcionário dos correios em Vila Praia de Âncora;

Administrador/Gerente do Hospital Psiquiátrico da Gelfa;

Presidente da Junta de Turismo de Vila Praia de Âncora de 73-79;

Em 1980 participou ativamente na constituição da Região de Turismo do Alto Minho, tendo sido seu presidente de 1980 – 2009;

Foi Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora;

Foi coralista, diretor, ensaiador e maestro do Orfeão de Vila Praia de Âncora;

Presidiu e participou em várias Comissões de Festas da Senhora da Bonança

Deu emprego a muitas famílias do Vale do Âncora;

Foi Presidente da Assembleia Municipal de Caminha;



Assembleia Municipal de Caminha

Foi professor, gastrónomo, escritor, etnógrafo, coralista, maestro, político(pouco);

Era um grande conversador, com facilidade de discurso, que se fazia ouvir por todos, com agrado.

Foi um grande homem do Norte, com expressão nacional.

Desaparece um homem-Francisco Sampaio- fica a riqueza do seu legado que nos compete honrar e valorizar.

A Assembleia Municipal de Caminha, apresenta esta manifestação de pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Sampaio.

Nestes termos deverá ser feito um minuto de silencio, de pé, todos os presentes, prestemos esta homenagem.

Da presente manifestação de pesar será dado conhecimento à família.

Assembleia Municipal de Caminha Vila Praia De Ancora,

14 de janeiro de 2022

O Presidente Da Assembleia Municipal De Caminha

Manuel Luís Martins.”

Às 21H30M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Hugo José Vasconcelos Martins, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Christine Ferreira Pereira.

- Narciso Costa Correia, eleito pela coligação “O Concelho em Primeiro”, foi substituído por Vasco Manuel Valadares Presa.

- Simaura Ferreira Fonseca, eleita pela coligação “O Concelho em Primeiro”, foi substituída por Rosa Bela Ramos da Silva.



Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU, Coligação "O Concelho em Primeiro e Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Aprovar a Transmissão on-line de todas as Sessões da Assembleia Municipal no decurso do Mandato;
- b) – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022;
- c) – Mapa de Pessoal para 2022;
- d) – Contração de um Empréstimo de Curto Prazo para o Exercício Económico de 2022.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, e disse que mais uma vez o Senhor Presidente no exercício de funções de forma pouco democrática convocou esta Assembleia nos termos que ali foram lidos pela Senhora Secretaria sem respeitar o n.º 3, do art.º 8 do Regimento, e, até que todos votassem a favor de que esta sessão da Assembleia Municipal se fizesse ali em Vila Praia de Âncora, não o desresponsabiliza da obrigação de formalmente perguntar a esta Assembleia se aceita ou não realizar a sessão da Assembleia fora da sede do Concelho porque o Regimento assim o impõe, logo, é a terceira vez consecutiva que ali está, e constata que enquanto Presidente da Assembleia não cumpre o Regimento que os rege, e por isso, quer registar esta matéria, porque é a nota que vão tomando conhecimento da conduta das pessoas ligadas ao partido



Assembleia Municipal de Caminha

que com uma maioria bastante relativa governa este Concelho. Relativa, porque o Partido Socialista só teve pouco mais de quatrocentos votos do que a coligação "O Concelho em Primeiro", para a Assembleia e, portanto, só tem mais um deputado.

Dito isto, pergunta o Senhor Deputado que estando previsto aprovar no ponto número um da ordem de trabalhos, que ainda não se iniciou, a transmissão em direto desta Assembleia, pergunta;

Porque já esta a ser transmitida?

Porque é que na página do município está anunciado há uma semana que ia ser transmitida?

E, num determinado jornal digital, que curiosamente recebeu 36 mil euros pela mão do Presidente da Câmara, em adjudicações diretas em 6 anos.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, interrompeu a intervenção do Senhor Deputado e disse-lhe que se continua a usar expressões injuriosas, vê-se obrigado a tomar outras posições.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pergunta se foi o Senhor Presidente que autorizou a que se colocasse na página do município a informação de que esta sessão da Assembleia seria transmitida antes de ser votada, por esta Assembleia? Foi o Senhor Presidente da Assembleia sem que esta Assembleia tivesse votado? Quem foi? O Senhor Presidente da Câmara? ou, foi algum senhor funcionário que exorbitando as funções o fez?

Muito obrigada.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, agradeceu a intervenção, mas, existem perguntas que não tem resposta.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, passou para a ordem de trabalhos uma vez que não há público para intervir.



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in black ink.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público.

2.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Aprovar a Transmissão on-line de todas as Sessões da Assembleia Municipal no decurso do Mandato

Nos últimos dois mandatos, a Assembleia Municipal de Caminha tem se aproximado dos munícipes através da transmissão on-line das suas sessões.

Esta é uma medida que fomenta a participação cívica, que promove a abertura do órgão autárquico a toda a comunidade e que acaba por ser também uma forma de promover a transparência das decisões tomadas.

A transmissão on-line favorece a democracia e, com ela, faz com que todas e todos os eleitos se aproximem cada vez mais da população.

Considerando que as boas práticas se devem manter, **proponho** que a Assembleia Municipal delibe pela aprovação da transmissão on-line de todas as Sessões deste Órgão Autárquico, no decurso do presente mandato.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Em novembro passado, logo na primeira reunião do grupo de trabalho para a revisão do Regimento desta Assembleia, no dia 30 de novembro, o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta de alteração ao artigo 37º do Regimento, de forma a que nele constasse a seguinte redação:



Assembleia Municipal de Caminha

"As sessões da Assembleia Municipal são transmitidas em direto pela internet, ficando as mesmas disponíveis para acesso público".

Com a inserção desta redação proposta pelo Bloco de Esquerda resolver-se-ia a indefinição atual e, ao mesmo tempo, obteríamos a consolidação daquilo que vem sendo uma boa prática, porque de facto as sessões já são transmitidas e também são mantidos os acessos ao público das mesmas.

Portanto, a regulamentação no Regimento viria formalizar aquilo que há anos já ocorre de forma informal nesta Assembleia, consolidando este que é um dos veículos comunicacionais mais relevantes.

Por isso, consideramos fundamental que as sessões sejam transmitidas em direto, mas também que sejam mantidas disponíveis posteriormente, para que todos os caminhenses possam conhecer aquilo que de facto se passa nas sessões da Assembleia Municipal, designadamente, o que é aprovado e por quem, uma vez que os poucos órgãos de comunicação social existentes no concelho não transmitem essa informação geral.

Sem ir mais longe, a última Assembleia Municipal teve uma duração extraordinária até às 3 da manhã, durante as 6 longas horas de trabalhos foram aprovadas diversas opções do Executivo com efeitos significativos na vida dos munícipes e, no entanto, nada; rigorosamente nada, foi informado ao público em geral.

Provavelmente terá sido por opção jornalística não informar sobre essas opções e sobre o resultado das votações, eventualmente poderá ter sido considerado irrelevante para os caminhenses que possam saber que este ano vão pagar todos os impostos possíveis nas suas taxas máximas, por decisão do Executivo Municipal e desta Assembleia, ou, então, terá sido propositadamente abafada essa notícia em face da dependência financeira a que são submetidos esses mesmos órgãos de comunicação que recebem pagamentos periódicos do executivo municipal.



Assembleia Municipal de Caminha

Claro que não acreditamos em opções jornalísticas, mas antes em submissões e dependências financeiras que resultam na óbvia omissão da informação que possa ser mais desagradável sobre as votações nesta Assembleia.

O Bloco de Esquerda deu-se ao trabalho de enviar, posteriormente, as conclusões daquela Assembleia, aos diversos órgãos de comunicação local e regional, divulgando o que se passou nessa sessão com decisões tão significativas para a vida dos caminhenses. Enviou de imediato todos os sentidos de voto e, depois, elaborou ainda um comunicado que igualmente difundiu, só tendo tido recetividade por um único órgão de comunicação social que não é local.

Por tudo isto, em face do silenciamento a que os órgãos de comunicação social estão sujeitos neste concelho, desde logo pela sua autocensura, clara, necessária e perfeitamente compreensível pela dependência financeira; o Bloco de Esquerda, sem prejuízo de outras ações que irá desenvolver, quer ver desde já assegurada, pelo menos, a manutenção da divulgação das sessões desta Assembleia, quer pela sua transmissão em direto, quer pela sua disponibilidade pública posterior.

É certo que a visualização de tantas horas das sessões constitui um obstáculo e uma desmotivação ao acesso à informação por parte da generalidade dos caminhenses, motivo pelo qual iremos propor alternativas comunicacionais mais eficazes, mas, de momento, é o que temos e, por isso, o Bloco de Esquerda concorda com esta proposta de transmissão em direto, mas, tal como constava da nossa proposta de novembro passado, também discorda da mesma por se mostrar incompleta.

A transmissão em direto, só por si, não serve os caminhenses, pois será difícil que todos, ou muitos, possam ver em direto, até às duas ou três da manhã, as transmissões ao vivo. Mais importante do que as transmissões em direto é a disponibilidade das mesmas posteriormente, para que possam ser vistas por todos aqueles que o pretendam, seja de dia ou de noite, e em qualquer dia da semana e não só na sexta-feira da sessão.



Assembleia Municipal de Caminha

Portanto, apresentar à votação apenas metade da necessária divulgação é apresentar uma proposta coxa que não serve inteiramente os interesses dos caminhenses e, nesse sentido, porque falta a mais importante parte destas transmissões, que é a sua disponibilização posterior, o Bloco de Esquerda propôs a alteração tão simples quanto a de introduzir a disponibilidade posterior dessa mesma transmissão em direto.

A disponibilidade das transmissões reduzida ao momento efémero dos diretos, desleixando a perenidade da disponibilização das gravações, tal e qual propusemos no grupo de trabalho do Regimento no passado mês de novembro, é, pois, uma proposta curta que esperamos venha a ser corrigida e complementada no âmbito do grupo de trabalho, consagrando, aliás, aquilo que já hoje é feito e que consideramos uma boa prática, carecendo apenas, tal prática informal, de ser oficializada por esta Assembleia.

Assim, pese embora esta proposta a votação seja só metade daquilo que consideramos necessário, estamos convictos de que o que fica a faltar será aprovado em sede de revisão do Regimento, pelo que, apesar de tudo, votaremos favoravelmente esta proposta”.

O Senhor Deputado Jorge Nande, solicitou a transmissão de fotografias.

O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís, perguntou se a mesa tinha que sair do seu local.

O Senhor Deputado Jorge Nande, disse que não sabia se a mesa tem que sair. Aquilo que estava a pedir é que fizessem a transmissão de umas fotografias que levou.

O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís, disse que o Senhor Deputado quando vai para as sessões da Assembleia devia tomar mais “chá”, para ter mais educação e respeito pelas pessoas.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pede defesa da honra, e disse que as palavras do Senhor Presidente demonstram lindamente como gere aquela Assembleia, e as intenções que tem ao fazê-lo desse modo, insulta quem lhe é incomodo, corta tempo a quem lhe é incomodo e não dá a palavra aos Senhor Deputados da coligação “O Concelho em Primeiro” para fazerem esclarecimentos que o regimento permite.

E, pergunta ao Senhor Presidente quem é aquele Senhor que ali anda a tirar fotografias.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, pede ao Senhor Presidente da Mesa, para suspender os trabalhos.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, pede ao Senhor Deputado para que faça a intervenção e não perturbe os trabalhos.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa, interrompe os trabalhos por uns minutos.

Após alguns minutos o Senhor Presidente da Mesa, dá início aos trabalhos.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que o tema que ali estão a debater é um “flop”, o Jornal Caminha2000, aquele tal que recebe subsídios que o Senhor Deputado Abílio apenas não disse o nome, mas, disse muito bem, recebe subsídios de adjudicações diretas de 6 mil euros por mês do Senhor Presidente da Câmara, tem acesso a informação privilegiada deste Município, porque este jornal publicou na sua última edição aquilo que está explanado na fotografia, para além disso, como referiu à pouco, pede para verem a seguinte fotografia e para repararem na cuidadosa comunicação do Município, onde anunciou na sua página que a Assembleia ia ser em direto, porém ainda se está a votar se a Assembleia vai ser em direto ou não. Mas, o Município ainda



Assembleia Municipal de Caminha

fez pior, escondeu que da ordem de trabalhos o primeiro ponto era precisamente a transmissão das sessões.

Senhoras e Senhores Deputados;

Se isto é sério, vocês dirão o que é aldrabice.

Disse ainda o Senhor Deputado que sendo certo que só ali vão cumprir um calendário, e, é este o respeito que a maioria socialista tem por esta Assembleia, nomeadamente o Presidente da Mesa e a mesa, como se verifica pela forma como convoca as sessões, ou, pela forma como distribui os tempos, a verdade, é que a bancada da coligação “O Concelho em Primeiro, tem liberdade de voto neste ponto, porque tal como no aborto ou na eutanásia, o que está ali em causa são direitos pessoais. E, dizer ainda que existe um parecer da CCDRN de 2016, antes da entrada em vigor da Lei de Proteção de Dados, esse parecer dizia que para que as sessões da Assembleia fossem transmitidas tinham que ser aprovadas pela Assembleia ou constar do regimento, dizia também esse parecer, e foi por isso que perguntou quem era o senhor que andava ali a tirar fotografias, que em termos de comunicação social, os senhores repórteres para poderem ali tirar fotografias ou gravar som ou imagem tem que ter consentimento expresso da Assembleia, e esse parecer está disponível na internet é de 2016, logo, quando o Senhor Presidente refere que não sabe quem tirou fotografias, julga que deve ser a mesa que tem que controlar quem ali entra e o que anda a fazer, e a imprensa deve estar devidamente identificada.

Para terminar, disse que depois de 2016, surgiu o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia e que se aplica a todas as entidades, como por exemplo, se descobriu que a Câmara de Caminha desde 2018 até à data de hoje, parece que não tem um responsável pela proteção de dados, ou, se o tem não diz quem é. Mas, já está agendado para a próxima sessão de Câmara um responsável para essa matéria. Disse ainda, que a única coisa que encontrou a respeito desta matéria é um parecer da Associação Nacional de Municípios de 2019 que não lhe merece muito respeito, e tem uma informação



Assembleia Municipal de Caminha

que juntou e deu ao Senhor Presidente da Mesa da Comissão Nacional de Proteção de Dados que diz claramente que para se transmitir este tipo de reuniões tem que ser autorizado expressamente por todos os intervenientes, logo, como isto é uma questão pessoal no grupo “O Concelho em Primeiro”, cada um vota segundo a sua consciência. A consciência do Senhor Deputado diz que está no limite imanente de dois confrontos, se deve ceder ou não aquilo que é a sua imagem e a sua posição política para divulgar em transmissões pela internet, no entanto, entende que para já deve respeitar a posição que a CNPD deu sobre a matéria, não deve ser permitido e votará contra, isto por um motivo, onde discorda ali com o Senhor Deputado Abílio, as informações sobre o que se passa nas Assembleias, o público pode estar na sala e as atas tem que ser publicadas no sitio da internet deste Município. E, pergunta ao Senhor Deputado Abílio se sabia que não há uma única ata publicada deste mandato, mas, já estão aprovadas três, logo a questão é, como se gere a informação, e todos viram no principio da sua intervenção como ela é gerida.

Muito obrigada.

O Senhor Deputado da Coligação Democrática Unitária, Joaquim Celestino Ribeiro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que o Regulamento Geral da Proteção de Dados trouxe coisa boas, mas também instalou muita confusão. E, a CDU analisou esta proposta, que é uma proposta que já vem sendo amadurecida no seio da conferência de líderes e no grupo de trabalho para a revisão do regimento. E de certa forma esta proposta emana um pouco daquela que tem sido a discussão nesse fórum. Mas dizer que a CDU tem que manifestar total coerência com aquilo que tem vindo a fazer. Esta medida, que foi tomada no anterior mandato, deriva também de uma vontade que vinha detrás, que partiu do executivo da Câmara Municipal de Caminha, e que, na altura, ninguém se



Assembleia Municipal de Caminha

opôs a ela, entendendo-se que ela fazia sentido. Estava na base desta medida promover a participação dos cidadãos, de tornar transparente o trabalho autárquico e a CDU acrescentou nesse momento aquele que era o sentimento que tinham da necessidade de tornar as sessões mais acessíveis, porque nem toda a gente se conseguia deslocar às Assembleias Municipais. E assim se entendeu que era muito importante dar acesso a mais público, pois sendo uma sessão pública quanto mais público assistir melhor, e este era um caminho para o fazer.

A CDU compreende todos os receios e todas as questões que rodam em torno da imagem das pessoas, mas também todos sabem que a partir do momento que tomam a decisão de se candidatar, de se exporem publicamente, assumem esse risco, logo todos sabem que os atos de cada um ficam com cada um, e todos se devem sentir bem com a imagem sempre que ela está associada aquela que é a defesa dos valores que defendem. E, dizer que a CDU quanto a esta matéria, se não levantou nenhum tipo de problema no passado, se ainda se identificou com esta medida e se achou que no passado, que passou por um período de confinamento, foi porventura uma medida que se mostrou ajustada, quase antecipando aquilo que se veio depois a verificar, e até no contexto atual que muitas pessoas não podem ali estar por causa dos receios que tem da Covid19, a CDU não podia votar contra esta iniciativa, e esperam que todos validem esta medida para que possa ficar registada no Regimento da Assembleia Municipal e se termine com esta matéria daqui para o futuro, independentemente dos receios que cada um terá com a sua imagem. Para a CDU esta é uma medida para continuar, pelo que, votará favoravelmente.

Disse.

A **Senhora Deputada Christine Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e deu início à sua intervenção;

“Desde o dia 03 de janeiro de 2014, que às sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal de Caminha, são transmitidas em direto, através da internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessíveis a todos os cidadãos, através da utilização dos meios técnicos do município, bem como, através da disponibilização para consulta de qualquer cidadão, do áudio e do vídeo registados durante as suas sessões, na página web do município.

Ora, assim tal permite-nos que haja uma maior proximidade com os nossos munícipes, uma maior transparência sobre os assuntos que são discutidos neste órgão e permite também uma maior informação dos cidadãos, no sentido de puderem vir, fundamentalmente, a participar na discussão dos assuntos que se tratam em cada Assembleia Municipal.

Tais desideratos constituíram o fator motriz de vontade inequívoca de dotar a esmagadora maioria das Assembleias Municipais de todo o País dos meios e da vontade de democratizar, ainda mais, as decisões dos respetivos deputados municipais. Foi um movimento claro, inequívoco, e transversal, pela transparência política e pela eficácia de tão importante órgão autárquico!

Sem prejuízo de reconhecer que a tramitação burocrática, para que o seu enquadramento legal se verifique, só agora está em discussão, não se pode deixar passar por alto o alarido criado pela bancada da Coligação o Concelho em Primeiro. PSD, por certo, que desde aquela data, 3 de janeiro de 2014, que nunca colocou qualquer reserva, fosse de que índole fosse, ao procedimento que Assembleia Municipal de Caminha veio a adotar.

Assim sendo, é com enorme estranheza, que volvidos 8 anos sobre a implementação desta inovação, que assistimos à discussão deste assunto, na ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal, pelo frenesim levantado pela Coligação o Concelho em Primeiro.

A única ilação que nos cabe retirar acerca da posição adotada pela Coligação o Concelho em Primeiro, é que agora querem, simplesmente, sonegar



Assembleia Municipal de Caminha

informação aos munícipes, querem impedi-los de se informarem, de poderem assistir à discussão e deliberação dos assuntos que, enquanto cidadãos concelhios, lhes dizem respeito.

Mas a estupefação sobre a intervenção da bancada dessa Coligação é tanto maior quanto o cinismo que encerra!

Acaso não saberão - que grave seria se assim fosse! - que, nos termos da legislação em vigor, as sessões de órgãos deliberativos da AM têm carácter público?

Como podem escudar-se com a lei geral de proteção de dados pessoais —de que, aliás, fazem uma errada interpretação! - para questionar a lufada de transparência e democraticidade da decisão que se pretende incluir no Regimento da nossa Assembleia Municipal?

Cabe-nos questionar Senhores Deputados;

Que temem, Senhores Deputados? Sofrem de alergia à transparência?

Acaso não são figuras públicas?

Acaso a vossa atividade, enquanto deputados municipais, não visa o interesse público dos nossos concidadãos, de todos nós?

Não têm noção da importância dos meios multimédia nos tempos pandémicos que vivemos?

Que querem esconder?

O cinzentismo da vossa confrangedora postura ficará convosco!!!

Eu não tenho dúvidas!

A bancada do Partido Socialista também não!

Somos pela transparência, pela modernização, pela democracia!

Votaremos a favor da permanência da difusão das sessões da Assembleia Municipal, com a transmissão on-line.

Disse!

O Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de



Assembleia Municipal de Caminha

Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que este ponto que hoje ali se está a votar, é importante e interessante. Mas, esta discussão dá para fazer uma reflexão sobre aquilo que querem para esta Assembleia. E, há 8 anos entrou como uma grande novidade estas transmissões da Assembleia, que os aproximou dos cidadãos da democracia, que fez que muita gente conhecesse as temáticas, a atividade política, e tudo aquilo que todos querem e que estão ali para isso para desenvolver o nosso Concelho e também para passar o testemunho para que outros fizessem o mesmo. E, foi importante esse gesto, mas, também é importante o gesto da coerência política, porque hoje é muito difícil de explicar para quem está a assistir, que estão ali a debater esta matéria e fazem-se ali defesas para não haver transmissão, quando as mesmas pessoas que defenderam a não transmissão, não se abstiveram em participar em campanhas eleitorais, onde colocaram “out dores”, fotografias, e até vídeos fizeram famosos na freguesia que representa, e comícios colocados na internet e agora vão dizer não à transmissão, porque estão preocupados com a sua imagem. Ora, os cidadãos não vão perceber tamanha incoerência. Quando se quer o voto, olha-se para todos os meios. Quando se está no poder, ou a desempenhar os cargos, já não interessa e ficasse preocupado com a imagem. Meus Senhores,

A bem da liberdade, da coerência, da democracia e do nosso Concelho, apela para que se continue a fazer a prática que também tem servido o nosso Concelho. E, para que todas as pessoas que estão em casa a assistir, porque muitas não tem a possibilidade de se deslocar não só em contexto de pandemia, mas também em contexto físico.

Disse.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesias de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha,



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse que vota a favor da proposta, porque como ali acabou de referir o Senhor Presidente da União de Freguesia de Caminha e Vilarelho em atos eleitorais ninguém está preocupado com a proteção de dados. No entanto, lembra a coligação “O Concelho em Primeiro”, que nas últimas eleições pediu os cadernos eleitorais da freguesia que representa, onde estão todos os dados de todas as pessoas que residem em Riba de Âncora, e nessa altura não estava preocupado com a proteção de dados, esta é a verdade.

Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que as transmissões via internet das Assembleias Municipais, é aquilo que melhor pode acontecer no Concelho de Caminha, para que todas as pessoas sejam informadas daquilo que se passa nas Assembleias Municipais, porque todos ali estão a ser pagos com os impostos do País, ora, esta matéria deve ser levada a sério, não é para se fazer da Assembleia Municipal uma brincadeira.

Muito obrigada.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, solicitou um pedido de esclarecimento, e disse que tem perguntas muito concretas, porque o que ali está em causa é a transmissão e a colocação na página da internet destas filmagens. E, pergunta qual a entidade que transmite?

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, em resposta ao Senhor Deputado, disse que este não é pedido de esclarecimento. E, que hoje o Senhor Deputado está ali para implicar com ele.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 02 votos contra e 05 abstenções.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e fez a seguinte declaração de voto;

- Considerando o inalienável direito à imagem de cada um como ser individual e com liberdade de escolha perante si e perante a sociedade;
- Considerando que a exposição mediática possa deixar, não a todos, mas a algum ou alguns elementos desta assembleia municipal/eis desconforto nas suas atividades de vida diária;
- Considerando a utilidade das transmissões para que se aproxime a sociedade, em especial a população do concelho de Caminha, da vida política, publica e dos momentos decisórios do rumo o concelho;
- Considerando o contexto pandémico em que nos encontramos e das dificuldades que possam advir do mesmo no que respeita à presença de público ao vivo nas assembleias municipais;
- Considerando que a Comissão Nacional de Proteção de Dados ainda não emitiu resposta cabal ao parecer solicitado relativamente a esta matéria;

Abstenho-me na votação deste ponto, aguardando, contudo, uma tomada de posição da CNDP sobre a matéria, deixando a certeza que seja qual for a decisão da referida comissão cá estará a bancada dos eleitos da Coligação O Concelho em Primeiro para trazer novamente este assunto a esta assembleia municipal se assim for pertinente.

Disse.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma declaração de voto e disse que as Assembleias Municipais que são públicas nos termos da Lei e do Regimento o



Assembleia Municipal de Caminha

público pode assistir, e como é obvio tem a consciência que alguns munícipes não se conseguem aproximar às Assembleia, mas, também tem a consciência que muitos deles não tem a internet em casa. Mas, aquilo que sabe e independentemente de todas as considerações jurídicas que possam ser vertidas, e ele próprio reconhece que tem dúvidas, em primeiro lugar por ser um municipalista assumindo e em segundo lugar porque defende a transparência, como têm visto não tem sido tão transparente como propagam os Senhores Deputados do PS.

E, dizer que a sua oposição a estas transmissões tem as seguintes reservas;

Em primeiro lugar, porque após a publicação do RGPD em 2018 o Município de Caminha não tem um responsável pela proteção de dados;

Em segundo lugar, porque não se conseguiu apurar ali quem é o responsável pelo tratamento de todas as imagens que ali se colhem e o fim a que se destinam;

Em terceiro lugar, porque não conseguiram perguntar, quanto custa estas transmissões ao erário municipal, para se verificar o custo/benefício;

Em quarto lugar, porque enquanto a única unidade competente neste País para se pronunciar sobre esta matéria, que é a Comissão Nacional de Proteção de Dados, não poderá em consciência de cidadão e de jurista permitir que as transmissões se façam, e chama a atenção de todos àquilo que aconteceu hoje à Câmara Municipal de Lisboa que apanhou com uma contraordenação de um milhão de euros, precisamente por causa da violação de dados pessoais.

Senhores Deputados, Senhor Presidente da Assembleia e Senhores membros do executivo, não se queixem se amanhã alguma desgraça semelhante acontecer no Concelho de Caminha.

Disse.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signature in blue ink.

b) - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de janeiro de dois mil e vinte e dois, relativa às “**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do Plano e a proposta de Orçamento, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022”.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Em dezembro passado, no dia 21, foi apresentada ao Presidente da Câmara de Caminha a nossa declaração prévia ao exercício do Direito de Oposição, em sede de audição para elaboração do projeto de Orçamento.

Nessa altura não foi apresentado nenhum projeto de Orçamento para 2022 nem qualquer projeto sobre grandes ou pequenas opções do Plano. Foi apenas realizada uma auscultação prévia.

Consideramos, e é também consideração generalizada, que o Direito de Oposição se realiza mediante a apresentação de dados concretos, ainda que sob a forma de intenções projetadas. Nesse sentido, consideramos que o legal exercício do Direito de Oposição não foi concretizado na sua plenitude, portanto, não foi exercido.

No que se refere à proposta apresentada a esta Assembleia sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, queremos aqui deixar claro que as mesmas considerações que já apresentamos ao Senhor Presidente do



Assembleia Municipal de Caminha

Executivo Camarário, são as mesmas que sustentam o nosso voto contra esta proposta.

A situação de insolvência do Município de Caminha parece-nos óbvia, uma vez que não se estão a cumprir muitas das obrigações contraídas e já vencidas. Assim, será esta uma das razões para considerar insolvente esta Câmara.

O Bloco de Esquerda do Concelho de Caminha considera que, pelo facto do Município estar a satisfazer algumas obrigações de forma esporádica e pontualmente, tal não afasta a situação de insolvência que se apresenta como uma realidade.

A questão à qual há que responder é a que vem expressa no art.º 3 do Código de Insolvências (CIRE), que classifica a situação de insolvência: pode o Município cumprir com as suas obrigações vencidas?

A esta questão a resposta é um rotundo Não! O Município não pode cumprir com as suas obrigações vencidas e, por isso, terá de ser considerado como uma entidade tecnicamente insolvente. Como tal, constitui-se como uma entidade perturbadora da economia local, regional e até mesmo nacional, ao não pagar aos seus fornecedores atempadamente.

Esta perturbação reflete-se nas empresas fornecedoras que, a par das suas próprias dificuldades, agora acrescidas pela pandemia, se veem ainda prejudicadas pela não cobrança dos seus fornecimentos ou da prestação dos seus serviços. Por sua vez, esta situação, leva-as também ao incumprimento das suas próprias obrigações, sendo a mais grave, e que maiores consequências acarreta, a que concerne aos seus trabalhadores; com perda do emprego, com vencimentos e subsídios em atraso, enfim, com diversas consequências sociais e familiares associadas.

Nesta cadeia trágica de acontecimentos, parece que ficam de fora e a salvo, aqueles que nada fornecem ao Município e, portanto, que nada se lhes deve!

Mas não é verdade!

A teia ou a cadeia de relações comerciais faz com que as empresas estejam em interdependência constante e num equilíbrio que na atualidade se mostra



Assembleia Municipal de Caminha

especialmente precário, tendendo assim também estas para o incumprimento e insolvência.

Ora, a situação de incumprimento do Município, que se constitui como fator preponderante na teia de equilíbrios comerciais, provoca a quebra desse equilíbrio e colabora na destruição do tecido empresarial e comercial de todos os que, direta ou indiretamente, se relacionam com o Município de Caminha.

Perante este “estado de sítio”, é necessário e urgente proceder-se a uma total reorganização e saneamento financeiro, bem como a uma mudança completa de atitude perante a dívida. Torna-se, portanto, premente encarar a dívida como um problema que não é só do Município, mas de toda a comunidade.

O Município de Caminha não pode continuar a ser um problema, um peso e um empecilho para a comunidade. Por isso, o Bloco de Esquerda do Concelho de Caminha propôs que o Orçamento para 2022 se centrasse em dois vetores principais:

- a) No corte drástico da despesa e
- b) No pagamento e diminuição da dívida.

Sabemos que não vai ser possível liquidar toda a dívida e equilibrar as finanças municipais no corrente ano, mas é do conhecimento comum que nos últimos dois mandatos do Partido Socialista à frente do Município não houve qualquer evidência de que esta situação estivesse a ser revertida. Em 8 anos, a dívida não foi extinta nem sequer diminuiu para um valor sustentável, mantendo todo o seu enorme peso asfixiador, ao Município e, claro, aos munícipes. Assim, era forçoso que o Executivo considerasse o ano de 2022 como o primeiro ano de redução efetiva da dívida e da consequente diminuição da perturbação económica e social.

Para o efeito, o Município deveria obrigar-se a passar para um modo de exceção de mera gestão que assegurasse apenas os atos e as despesas estritamente necessárias e urgentes, e, neste âmbito, deveria eliminar todas as despesas que não sejam imprescindíveis para o funcionamento básico do Município e para a segurança dos munícipes.



Assembleia Municipal de Caminha

Os munícipes não podem continuar a ser carregados com impostos máximos por não haver uma boa gestão dos dinheiros públicos, continuando-se a apresentar orçamentos como se nada se devesse a ninguém, como se não houvesse nenhum prejuízo na economia do concelho, tanto para as empresas como para os munícipes.

O orçamento e as opções para 2022 constituem uma continuidade daquilo que se tem vindo a fazer mal, com prejuízo para os munícipes e para o fraco tecido empresarial concelhio, por isso, não se vislumbrando interesse em travar e corrigir este percurso, o voto do Bloco de Esquerda só pode ser o voto contra.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“No documento das grandes Opções do Plano e Orçamento destaco três rubricas que são muito penalizadoras para a Freguesia de Vila Praia de Âncora.

Rubrica 2.5.1. código 022, designação do projeto - "Vila Praia em Flor", com um financiamento de 8.000,00€ (oito mil Euros), ou seja, dos 18.000,00€ (dezoito mil Euros), que já para o efeito era um valor escasso e que sempre estiveram nesta rubrica em anteriores Orçamentos, vemo-la agora ser reduzida em 125%.

Sr. Presidente, gostaria de saber quais foram os critérios que levaram a esta drástica redução, visto que os restantes eventos no nosso Concelho mantiveram os valores e alguns deles até tiveram acréscimos consideráveis. Não nos podemos esquecer que este foi o primeiro evento do género a ser organizado em todo o Alto Minho, atraindo muitos milhares de visitantes a Vila Praia de Âncora, tendo levado a que alguns Concelhos vizinhos também o



Assembleia Municipal de Caminha

realizassem e nas mesmas datas, como é o caso de Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo e Valença.

Estes Concelhos têm, ano após ano, investido fortemente neste evento porque procuram atrair o turismo numa época baixa, e foi este o propósito das pessoas que tiveram, há alguns anos atrás, a ideia de o organizar em Vila Praia de Âncora.

Rubrica 2.5.1 código 031, designação do projeto "Aniversário de Elevação de Gontinhães a Vila Praia de Âncora", verbas orçamentadas para esse evento - 0€ (zero Euros).

Não tenho palavras para descrever o que sinto ao ver que nada foi considerado nesta rubrica, por isso, apenas aproveito esta oportunidade para lembrar ao Sr. Presidente da Câmara que no dia 8 de julho de 2024, Vila Praia de Âncora vai comemorar o centenário de elevação a Vila, nessa altura e se tudo correr bem com a graça de Deus, a Junta de Freguesia irá pedir um subsídio generoso à Câmara Municipal, atendendo a nunca ter recebido nem um cêntimo nestes últimos 8 anos e também pela importância da data para a nossa Freguesia e para todos os Ancorenses.

Este aniversário tem de ficar na história de Vila Praia de Âncora e na memória de todos, perpetuando-o por longos anos.

Passo agora para a seguinte rubrica:

Rubrica 3.2.0. código 032, designação do projeto "Beneficiação da Iluminação Pública", verba orçamentada - 1.000,00€ (mil Euros).

Como é do conhecimento da Câmara, existem várias luminárias apagadas há 8 anos, que são da responsabilidade da autarquia. Dou como exemplo, os focos de iluminação decorativa na Praça da República, em Vila Praia de Âncora, em frente à capela de Nossa Senhora da Bonança e no monumento ao Contra-Almirante Ramos Pereira; ou os do Parque Dr. Ramos Pereira, no monumento ao Dr. Luís Ramos Pereira e ainda a torre de iluminação do parque que está completamente apagada; ou os postes de iluminação em toda a frente da zona do Portinho.



Assembleia Municipal de Caminha

Numa breve conversa que tive recentemente, a este respeito, com o Senhor Vereador Dr. Rui Lages, fiquei informado que cada luminária para os candeeiros que se encontram apagados, e são muitos, custa 500,00€ (quinhentos Euros) e, por favor, não venham dizer que a culpa de estarem lá esse tipo de candeeiros foi do antigo executivo, porque eles foram colocados no âmbito do projeto da empreitada da requalificação da zona envolvente do Portinho, incluída no famoso orçamento do queijo.

A minha questão prende-se com os mil euros que estão no orçamento; como é que a Câmara vai conseguir dar luz a Vila Praia de Âncora com a mesma qualidade que apreciamos na Vila de Caminha, que não tem um único projetor decorativo apagado?

Como tudo isto ainda é pouco para Vila Praia de Âncora, pergunto; onde se encontra a rubrica para o evento a "Maior Mesa da Páscoa do País"? Por mais que procurasse, e até fui comprar uma lupa, não consegui encontrar essa rubrica.

Pergunto; será que este evento foi banido da lista de eventos do Concelho de Caminha?

Muito Obrigado.”

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, e disse o seguinte;

“Este orçamento, leva-me a suscitar umas dúvidas, quanto às obras, que estão ainda a decorrer no nosso município.

Por exemplo, a obra de beneficiação do Mercado Municipal de Caminha, contrato celebrado em 25 de maio de 2020 com o empreiteiro. Este contratos teria inicio no dia útil imediato ao da consignação, ora segundo o caderno de encargos na cláusula 6, o dono da obra no prazo de 10 dias seguidos a contar da celebração do contrato, pode apresentar ao empreiteiro, um plano final de consignação, determino por aqui, que as obras deverão iniciar, após 10 dias,



Assembleia Municipal de Caminha

se for um dia útil, após a celebração do contrato, pegando no caso em concreto do Mercado Municipal, obras deveriam ter iniciado em 6 de junho de 2020.

No contrato o prazo de execução da obra é de 365 dias, ou seja, a obra deveria terminar em 7 de junho de 2021. Por este andamento a obra em 2023, ainda não estará concluída.

Mas isto tudo para chegar ao ponto principal, o custo deste contrato para esta obra celebrado com o empreiteiro é no valor de € 589.358,83 + iva, ou seja, no total de € 624.720,36.

Segundo o contrato ficou de entregar em 2020 o valor de € 250.852,17 e no ano de 2021 o valor de € 373.869,19, que seria o fim da obra. Tudo isto em nada se cumpriu.

Ora, neste orçamento que está em discussão nesta assembleia apresenta para a Beneficiação do Mercado Municipal uma estimativa realizada no ano de 2021, ou seja, pagamento efetuado no valor de € 322.779,76, e está a definir neste orçamento, para este ano 2022, o pagamento de mais € 515.374,70, ou seja, segundo o orçamento a obra vai ficar pelo valor de € 838.154,46.

E é isto que eu não percebo, o porquê de estar neste orçamento este valor, sendo que no contrato da empreitada, o valor é de € 624.720,36 já com iva, estamos a falar de uma diferença de perto de € 200.000,00, será que é por causa do atraso da obra? Já agora porquê que a obra está atrasada? Será que é porque não tem dinheiro para pagar a obra e é necessário andar de ano em ano a prolar esta situação?

Mas tem mais, como sabemos para esta obra o Estado disponibilizou do Fundo Europeu, a que chamamos nós NORTE 2020, 85 % do investimento Elegível, ou seja, o Estado entrega-nos um total de € 330.154,35 para esta obra, mas estes fundos só são entregues ao município, se cumprirmos com os requisitos do Decreto-Lei n.2 159/2014, sob pena se não o cumprirmos, de vermos este fundo de um valor de € 330.154,35 reduzido, suspensão ou até revogado.

Ora segundo o termo de aceitação o prazo para o fim desta operação é em 29-04-2022, e segundo o Decreto-Lei n.2 195/2014, estamos sujeitos à revogação,



Assembleia Municipal de Caminha

redução ou suspensão, do valor que nos foi concedido, se houver incumprimento total ou parcial das obrigações do beneficiário, incluindo os resultados contratados, assim como se não cumprirmos com a execução integral da candidatura nos termos em que foi aprovada.

Posto isto pergunto eu, os prazos irão ser cumpridos, já não o foram no contrato de obras com o empreiteiro, será que o vai ser com o Estado, não vamos ser nós penalizados, por não cumprirmos na integra, e ficar sem o dinheiro do fundo Europeu que nos foi concedido, para o Mercado Municipal de Caminha. É que a obra já vai custar ao município, para além deste fundo o valor de € 508.000,00, os munícipes não querem pagar mais, nem querem ser penalizados por atrasos.

Outra situação, que me preocupa no orçamento que me apresenta, é que vemos várias vezes as palavras "diversos" e "outros", como despesas, nome este de "diversos" e "outros" muito vago, onde se pode encaixar tudo e mais alguma coisa, como despesa, eu só espero que nestes valores orçamentados, haja dignidade de colocar uma pequena percentagem destes "outros" e "diversos", na escola básica e secundaria de Caminha, isto porque os alunos têm o bar da escola fechado, vêm-se obrigados a irem ao mercado mini-preço para adquirirem um lanche, mas pior ainda, para beberem água nos intervalos são obrigados a irem beber à casa de banho, uns com a ajuda das mãos que fazem de copo, outros colocando a boca na torneira, outros alunos enchem para uma garrafa e dividem entre eles. Ora isto é lamentável, e espero estas despesas de "outros" e "diversos" contemplem estas pequenas coisas, mas de muito valor para a saúde nas nossas crianças."

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que vai começar a análise deste documento referindo o Estatuto de Direito à Oposição e dizer que todos os anos existem dois momentos em que a CDU se refere ao Estatuto de Dreito de Oposição. E um deles é justamente na questão do orçamento. A CDU reconhece que ao longo do tempo tem havido da parte do executivo da Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

uma tentativa de promover o respeito pela oposição, e julga que tem havido um grande crescimento nessa matéria, no aproximar de ambas as partes, mas, isso não é cumprir o Estatuto do Direito de Oposição. Isso é um pouco diferente, e já lá vão 7 anos e ainda não foi possível cumprir na íntegra o Estatuto de Direito à Oposição. E este ano a situação foi pior, embora as circunstâncias tenham sido facilmente compreendidas, porque havia uma reunião agendada, essa reunião foi alterada e posteriormente o Senhor Presidente testou positivo ao Covid19 e não foi possível fazer essa reunião. No entanto, registam a intenção ao terem sido contactados, de terem sido enviados os documentos, embora sem uma explicação da parte do Senhor Presidente daquelas que eram as suas justificações. É evidente que não podiam acolher a melhor interpretação do documento, por isso, entendiam que poderia haver uma outra solução, eventualmente o Senhor Presidente delegar funções como já aconteceu em outras situações, no passado, e podiam ter discutido de uma melhor forma este documento. Aquilo que custou à CDU, foi ler que o Senhor Presidente em reunião de Câmara disse, e passa a citar; “estes documentos foram objeto de um diálogo prévio com os partidos da oposição, exceto a CDU, porque o seu deputado Municipal se encontrava, confinado tendo sido cumprido o respetivo estatuto, venceu o autarca socialista”. Ora, disse o Senhor Deputado, que acabou de citar aquilo que saiu na comunicação social, mas que não corresponde à verdade e o Senhor Presidente sabe que isso não corresponde à verdade, e por isso lamentam que tenha passado essa mensagem. Mal seria que fosse pela CDU que não se cumpria o Estatuto de Direito à Oposição.

E dizer quanto ao orçamento que o Senhor Presidente tem uma ânsia terrível pelos orçamentos gordos. Aliás, a sua forma de falar dos orçamentos é sempre ver se ele engorda mais ou menos. A verdade é que a CDU entende que os orçamentos não se medem de facto na gordura que tem, mas, sim na capacidade que existe de os executare na possibilidade que eles, eventualmente, podem trazer para o Município de Caminha. Mas, aquilo que a



Assembleia Municipal de Caminha

CDU nota é que ao longo deste tempo V. Exa. foi perdendo muito do seu fôlego tradicional na exposição do próprio documento. Todos se recordam de 2015, 2016, e 2016 foi até um orçamento magro, se a memória não lhe falha, e no seu fôlego tradicional, na altura, julga ele que o Sr. Presidente lhe chamou de “slim fit”; e no anterior julga que era um “vitaminado”; e foi com alguma mágoa, até diria que gostam sempre de ver esta sua forma de se expressar, que neste documento aquilo que veem é um desânimo terrível. Veem alguém que dá a sensação que daquilo que tinha prometido em 2013 e logo a seguir ao seu primeiro orçamento de 2014, já está a antever que, em 2025, quando terminar o seu último mandato, ficarão muitas coisas por fazer.

Snedo interpelado pelo Sr. Presidente da Assembleia prevenindo-o de que só dispunha de um minuto, continuou dizendo que é muito difícil discutir um orçamento em cinco minutos. Pede mesmo assim ao Senhor Presidente que os possa esclarecer. Disse que incluíram na análise uma declaração de voto que foi divulgado com os documentos e também entendem que o equilíbrio orçamental carece de facto dessa fundamentação, mas também estava evidente pelos documentos que a receita corrente e a despesa corrente, estavam em equilíbrio. E, também entenderam que a receita inscrita nas rubricas 02, impostos indiretos deveria estar na 4, porque se tratam de taxas e impostos. No caso da rubrica 222099, eles aí têm mais dúvidas do que certezas, e é uma das questões que lhe querem colocar. Face a nova interpelação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal dizendo-lhe que havia esgotado o seu tempo disse que, uma vez que o tempo se esgotou, sentem que terão que votar contra o orçamento, porque não conseguem colocar as questões que têm a colocar, e, portanto, não conseguem discutir as grandes opções do plano e orçamento, mantendo que continuam a entender que a norma regimental não impede que sejam ultrapassados os cinco minutos, apenas recomenda que não devam ser ultrapassados.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que este orçamento é um “flop” como têm sidas as suas políticas desde que foi eleito. Primeiro, esta Câmara que é tão mediática na internet, e basta fazer uma consulta de outros orçamentos de outros municípios de este País, e vê-se que as contas tal como estão apresentadas, são daquelas que já não existem desde os anos 70 ou 80. Este orçamento que apresentam e o relatório não demonstra rigorosamente nada do ponto de vista da sua estruturação é uma vergonha, basta ir à internet ver os que existem nos outros municípios todos. E, sobre o orçamento é preciso que toda a gente saiba, no entanto, vai ali mais uma vez ter em conta que há ali Senhores Deputados e Presidentes de Junta do Partido Socialista que se calhar vão votar pela “tática do pionés”, mas é preciso que tenham atenção a isto para começar a ter consciência daquilo que andam ali a fazer, não é só suportar maiorias, porque para além das maiorias existem leis para cumprir, por muito que as maiorias queiram. E, dizer que o orçamento é uma previsão das receitas e das despesas, este executivo liderado pelo Dr.º Miguel Alves tem feito vários orçamentos e na versão do Senhor Deputado Joaquim Celestino com tendência a engordar, mas, aquilo que interessa saber é aquilo que se executa destes orçamentos, como viram nos papeis que vieram do Tribunal de Contas, vê-se por exemplo no ano 2018 a Câmara presidida pelo Dr.º Miguel Alves executou 68% do orçamento, o que quer dizer que orçamentou um determinado valor nas receitas e só chegou a 68% desse valor, depois lá foi subindo, mas, curiosamente é nos anos de pandemia que refere nos relatórios que executa mais orçamento, isto é, no ano passado 2020, o Senhor Presidente da Câmara com o executivo que governa executou 75% do orçamento, isto quer dizer, que se se atender aos indicadores, nomeadamente do Conselho de Finanças Públicas para este ano, se se pegar no orçamento que o Senhor Presidente da Câmara apresenta, em que refere que vai ter de receitas correntes qualquer coisa como 18 milhões de euros, multiplica-se por 75% e cai-se em 13,5 milhões de euros a correr bem se chegarem aos 75%.



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente,

É vergonhoso, Monção tem um orçamento de 30 milhões, dá 2 milhões às Freguesias e executa 95% do orçamento que prevê.

O Senhor não passa de 75%.

Para além disto, nas despesas também se fazem previsões, prevê-se o que se vai gastar, mas, o problema é que esta Câmara, para além do que prevê o que vai gastar, tem 6.5 milhões de euros a terceiros com dívidas a mais de ano e meio, e foi por isso que pediu o apoio de financiamento. E, a título de exemplo, dizer que em 02 de dezembro de 2021, a Câmara informou-o que devia à Luságua 1 661 967,2.€, em 29 de dezembro de 2020, a Câmara informou-o que devia à Luságua 1 714 209,25€, a Luságua tem um contrato para recolha de resíduos sólidos urbanos na ordem dos seiscentos e poucos mil euros, mas, se se for ao orçamento vê-se que a Câmara de Caminha cobra aos municípios seiscentos e cinquenta mil euros por este serviço de recolha de lixo, ou seja, está a ter um lucro em receitas correntes em cerca de 45 mil euros, e, se se for ver aos pagamentos vê-se que a Câmara de Caminha só vai pagar à Luságua durante o ano de um milhão e cem mil euros se conseguir fazer as receitas que não tem conseguido. Isto é, vai ficar com mais uma dívida de mais seiscentos e poucos mil euros neste ano de 2022, deve detrás um milhão e setecentos e prevê pagar deste montante, cem mil. Ou seja, este orçamento não retrata a dívida toda, não respeita o princípio da estabilidade orçamental, não refere quais são os contingentes de dívidas assumidos, não existe uma única linha que demonstre os compromissos assumidos e a assumir que não colocam em causa a estabilidade orçamental, a incidência orçamental das medidas e ações incluídas no Plano Plurianual de investimentos e de investimentos de capacitação humana cofinanciado pela autarquia e os encargos com o passivo financeiro da autarquia e a necessidade de financiamento das entidades participadas e outros.

Este orçamento é “vergonhoso, pobre e um autêntico flop”, logo, fica bem ao PS aprová-lo e depois terá responsabilidade por o fazer.



Assembleia Municipal de Caminha

No final terá as perguntas sobre cada ponto do orçamento.

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, disse que vai votar a favor deste ponto da ordem de trabalhos. E, dizer que houve uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta e o Senhor Presidente de Câmara, onde lhes foi dado conhecimento de verbas para as freguesias.

Relativamente às dívidas que ali falam, disse o Senhor Presidente de Junta que estão esquecidos de onde vem as dívidas, ou seja, o Município executou uma obra para ser paga em 33 anos, que não foi realizada pelo atual Presidente da Câmara, depois, vem as ações judiciais perdidas de milhões de euros que este executivo está a pagar, e ainda se tem aquilo que aconteceu numa sessão da Assembleia Municipal em Caminha credores acompanhados dos seus advogados do outro executivo que foram exigir os pagamentos à Assembleia Municipal, mas, dessa matéria ninguém vai ali falar. É, deste executivo ainda não se viu tal situação, e aquilo que tem pena é que este executivo não tenha a participação das Eólicas das Argas, para poder vender para pagar dívidas.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, e disse o seguinte;

“Quis, a população do nosso Concelho no passado mês de Setembro, renovar a confiança nas políticas que vêm sendo seguidas, dar continuidade a um projeto de futuro, apostar numa liderança séria responsável e realista e que se propõe concretizar o muito mais que há a fazer pela nossa terra elevando sempre o nosso concelho a patamares de excelência, como o comprovam muitas das notícias nacionais que envolvem o bom nome do nosso Concelho.

Num contexto económico-social muito difícil, numa contínua aposta no combate aos efeitos sanitários, económicos e sociais da pandemia temos aqui um documento no valor de 25 milhões de euros que, sendo o terceiro maior orçamento dos últimos 12 anos, prevê, cerca de 9 milhões de investimento.



Assembleia Municipal de Caminha

Apesar das muitas dificuldades destes últimos 2 anos, o executivo camarário tem conseguido ter resultados de exercício positivos e apresenta um Plano de Atividades e Orçamento para 2022 ambicioso, que lança as propostas que marcarão o futuro da nossa terra.

Nos 5 eixos da estratégia municipal, destacam-se entre outros, o prosseguimento da atração de investimento privado e potenciação do tecido local com a criação do Centro de Ciência e tecnologia nas freguesias de Argela e Vilar de Mouros e do Centro de Exposições Transfronteiriço. A conclusão da Incubadora Verde de Argela que será um polo de criação de novos negócios ligados à economia verde e circular num claro apoio ao sector primário e ao desenvolvimento sustentável.

Com grande destaque no eixo da habitação, coesão social e saúde, a implantação da primeira fase da estratégia local de Habitação num investimento já este ano de mais de 1 milhão de euros sendo esta estratégia uma das grandes prioridades do Município até 2026. O lançamento da base da rede de transportes públicos que virá a percorrer os diversos vales do concelho. O aumento em 70% nos montantes a atribuir em situações de carência económica e de risco social e a implementação do IMI familiar que irá apoiar as famílias com filhos menores. E ainda o apoio do Município na garantia de financiamento para a reabilitação e construção de novos equipamentos sociais como seja por exemplo a escola primária de Vilarinho para implantação de um centro de Atividades Ocupacionais da APPACDM para apoio à deficiência, ou ainda o Centro de dia de santa Maria de Riba de Ancora.

No eixo da sustentabilidade ambiental, espaço publico urbanismo e proteção civil - Destacam-se de entre outros e para além das obras de alargamento da rede de saneamento em diversas freguesias, a substituição integral da frota municipal por veículos elétricos; o inicio da definição do Plano Municipal da Adaptação Às Alterações Climáticas, a requalificação do Monte Calvário e a valorização da zona envolvente do Dólmen da Barrosa em Vila Praia de



Assembleia Municipal de Caminha

Ancora, a definição da ligação entre a ecovia das Pedras Ruivas em Seixas e Caminha passando pela projeção de uma passagem pedonal sobre o rio Coura. A recuperação do passadiço de madeira da Foz do Minho, a reabilitação das margens do Coura, n o montante global de 2 milhões de euros, a reabilitação do Abrigo dos Animais e a criação de duas equipas de intervenção permanente sedeadas em cada uma das corporações de Bombeiros do concelho.

No eixo da Educação, Cultura desporto e Juventude. Reforço do equipamento informático nas escolas do agrupamento do concelho, a conclusão da construção da escola básica de Vila Praia de Ancora e da sede da Academia de Música Fernandes Fão, a reabilitação do campo de jogos da escola básica e secundaria do vale do ancora. A continuidade dos vários programas e projetos já implementados como sejam o combate ao insucesso escolar, a adaptação ao meio aquático, a natação, o remo, o SUP e a canoagem.

Na cultura veremos, se tudo correr bem, regressar o Festival de Vilar de Mouros, o SONICBLAST, e outros como a feira medieval de Caminha, o Artbeerfest, o Vila Praia em Flôr. Em termos de investimento a executar, destaca-se a reabilitação do edificado do Forte da Lagarteira com uma previsão de 225 mil euros e a criação do espaço de Memória do Mar de Vila Praia de Ancora com uma rubrica de 175 mil euros. Ambos projetos reflexo duma clara aposta da recuperação do Forte e sua devolução ao usufruto total da população. No desporto um aumento de 25% nos valores definidos para apoiar as Associações do Concelho.

Neste capítulo e dando continuidade ao que já aconteceu, será aumentado o número de bolsas de estudo atribuídas aos jovens do Concelho.

No eixo da Organização, Finanças e freguesias o destaque vai para o aumento de 20% no valor global das transferências correntes para as juntas de freguesias, para o lançamento de concursos de recrutamento para o quadro de pessoal da Câmara de modo a poderem ser colmatadas lacunas existentes nos



Assembleia Municipal de Caminha

serviços não esquecendo o objetivo da redução da dívida de curto prazo e do prazo médio de pagamento.

Em conclusão:

Dando continuidade à forte aposta feita nos últimos anos em investimento, sublinhando no próximo ano o papel destinado à habitação, sem esquecer a necessidade de reforçar o apoio às famílias, às escolas, às freguesias e ao associativismo desportivo e de diminuir a dívida municipal, numa clara continuidade das políticas sociais e de equilíbrio do nosso Concelho, o partido socialista expressa o seu total apoio a este documento votando-o positivamente.

Aqui chegados, e para terminar, não posso deixar de referir que ouvimos aqui, por parte de alguns; aquilo que já vem sendo, recorrente ao longo destes últimos anos, um chorrilho de acusações e de mentiras, uma linguagem que roça o insulto e uma postura destrutiva. Essa forma de estar é uma opção que alguns adotaram e que parece se vai intensificar nos próximos tempos, mas, ficou provado em setembro passado, que não é aquilo que a população de Caminha quer, e que essa postura, sim, equivale a uma mão cheia de nada!

O **Senhor Deputado Luís Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, e disse o seguinte;

"Estamos em fase de discussão e aprovação das GOP e do Orçamento de 2022 e, na página de Internet da CMC, ainda não estão publicadas a Prestação de Contas de 2020 nem as GOP 2021! Ou qualquer outro documento da Área Económica e Financeira desde 2020, excetuando as GOP 2020. Pelo menos até há 1 hora atrás, não estavam!

Sr. Presidente, da CMC, sendo o Sr. responsável pela Área Financeira e um defensor das novas tecnologias, quando serão atualizadas as publicações na página do município?

"Quem não deve não teme!"..certamente não é o seu caso.



Assembleia Municipal de Caminha

Passando então à análise formal do documento:

É de tal ordem a falta de informação detalhada sobre o que compõe determinadas rubricas que sinceramente parece elaborado "para quem é, bacalhau basta"!

Na primeira frase do enquadramento, faz uma afirmação, ou seja, urna daquelas frases feitas e populistas para causar impacto e de tentar fazer ênfase do rigor que diz que o documento é baseado, de que "a elaboração das GOP e orçamento obedecem a regras contabilísticas rígidas"!

-Errado!

Obedecem sim a regras orçamentais, que estão previstas na lei 73/2013, de 3 de setembro! E que o Sr. Presidente não cumpre!

Não cumpre ao não mencionar neste documento, a regra de ouro, como é assim conhecida e prevista no n.º 2 do art.40º, que é a demonstração do equilíbrio orçamental;

não cumpre as regras orçamentais porque o Sr. Presidente afirma que há receitas otimistas, ou seja, empoladas que o vão levar neste exercido e já desde 2018, a taxas de execução na ordem dos 75%, abaixo dos 85% que dispõe o n.º 3 do art.56º, sobre mecanismos de prevenção e recuperação financeira municipal;

Não tem um mapa de relação de empréstimos e suas amortizações;

Não tem um mapa das amortizações médias, conforme definido no n.º 4 do Art.º 40, da Lei no 73/2013;

Não tem a demonstração da capacidade de endividamento do Município, conforme está prevista no art.º 52.o da referida lei;

Não tem uma demonstração das transferências de capital por freguesia, com base em critérios de distribuição de valores;

Não tem a demonstração das transferências correntes para as freguesias, associações e outras entidades com a comparticipação nas despesas de funcionamento, de despesas de transporte e eventos ou atividades de interesse municipal;



Assembleia Municipal de Caminha

Não tem a demonstração das transferências de capital para as mesmas entidades!

E outros tantos a detalhar os números que nos apresenta.

Enfim, um documento muito pobre em informação, que nunca é demais, pois assim seria meio caminho andado para o controlo da execução!

Relativamente ao conteúdo:

Mais pormenorizadamente, e realçando a falta de informação e de transparência deste documento:

Que receitas são as rubricas na receita:

- 05.10.05 - 647.846,85

- 05.10.99 - 405.804,35

- a que se referem os 295.860,00 de despesa previstos na rubrica 06.02.03.05 - outras?

E as obras de saneamento que prevê? Então explique porque razão aderiu à AdAM e tem previstas despesas de saneamento? a CMC tem que participar obras que deveriam ser da responsabilidade da ADAM? Já agora, uma notícia fresquinha de hoje: este estudo da DECO que diz que com a adesão à AdAM, a água no concelho de Caminha é a mais cara! Está aqui, publicado na página da radio Vale do Minho!

Mais preocupante ainda, a não ser que tenha elaborado em 8 dias um estudo e planeamento e nos apresente hoje, acerca da Estratégia Local de Habitação:

- onde está o estudo atualizado de análise económica e social do concelho?

- quais são as casas e qual é o valor por casa?

- quando vão começar as obras?

Na despesa, é deveras preocupante o que faz: prevê valores que superam o que é expectável na despesa corrente !! conforme afirma

Mas... o Sr. Presidente anda a brincar aos orçamentos? Isto é afirmação de um responsável pela Área Financeira?!



Assembleia Municipal de Caminha

Refere que vai aumentar rubrica das limpezas que passa de 900 mil para 1,2 milhões.

Acerca disto convém esclarecer a população.

O Senhor Deputado disse que ainda tinha mais para falar, mas, uma vez que o seu tempo terminou, dá por terminada a sua intervenção.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Comunicação Social e ilustres Munícipes que nos seguem de casa que poderão acompanhar aquele que é o debate democrático no Concelho de Caminha, mesmo que existam alguns que não querem esta transparência de se poder conhecer aquelas que são as ideias de cada um. Mas, há uma maioria forte desta Assembleia que gosta que as pessoas conheçam aquelas que são as ideias e não tem medo daquilo que ali é dito.

Agradece o Senhor Presidente os cuidados que recebeu a título pessoal por ter estado infetado com Covid19, e agradece aos camaradas da sua bancada, mas, também o cuidado que teve com ele quer o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda e o Senhor Deputado da CDU, e por isso, agradece as pessoas que lhe dirigiram essas palavras de apreço.

Agradece também o Senhor Presidente aos técnico da Câmara que fizeram o trabalho de apreciação e concretização deste orçamento, é sempre um trabalho muito complexo e difícil, têm sempre que caldear aquelas que são as vontades de todos, Presidentes de Junta, Instituições, daquilo que é a vontade da Câmara com aqueles que são os recursos que se tem, mas, fizeram uma boa proposta, que vem na linha da estratégia que este executivo tem vindo a seguir, e daquilo que vem de uma execução que lhe parece boa do orçamento de 2021 que será discutido daqui a uns meses, mas, julga que foi uma execução bastante forte daquele orçamento que estão a acabar de deixar.

Este é um orçamento que propõe uma despesa de 25 milhões e 300 mil euros, e tem algumas premissas que são importantes. Existe ali uma manutenção da



Assembleia Municipal de Caminha

receita corrente com base nos impostos, e este cálculo não é feito de forma empolada, é feito de forma calculada, até porque existem fórmulas predeterminadas para se poder aceder à receita, e isso só não acontece aonde o executivo tem uma previsão otimista, como vem no texto, mas, essa previsão otimista não é irrealista, é uma previsão otimista a propósito do IMT onde o executivo prevê ter mais 470 mil euros de receita este ano, e não é imprevidente esta previsão, porque está acima 200 mil euros do que foi a receita que a Câmara teve em 2021. Ora, ao contrário do que acontecia no passado que se inventavam terrenos para vender todos os anos de 2 milhões de euros para poder acomodar a despesa nestes exercícios. E, aquilo que o executivo prevê de receita tem por base cálculo e observação daquilo que é a previsão das receitas realistas e por fim aquilo que o executivo tem espectável receber dos Fundos Comunitários, e isso não é a linha do PSD, como aliás, na Câmara estavam muito indignados a propósito do executivo prever apenas um euro para determinado tipo de projeto como é o caso do Viveiro das Plantas do Nars, na Mata da Gelfa e teve que explicar que enquanto não tivesse a garantia de um financiamento não vai empolar a receita a prever um ou dois milhões de euros que não sabe se vai ter, logo é uma marca daquilo que este executivo tem feito e é uma marca que tem levado o Concelho de Caminha para que possa estar hoje numa situação muitíssimo melhor do que aquilo que herdou, mas, ainda muito difícil.

Do ponto de vista das despesas correntes, disse o Senhor Presidente que existe uma evolução, um crescimento e está evidenciado nas rubricas, e aquilo que este orçamento trás. Trás, um aumento de 20% nas transferências para as Juntas de Freguesia, sabe que querem mais, e o executivo pode ajudar mais, porque para além destas transferências, o executivo também atribui um subsidio, como por exemplo, o fizeram no ano passado em Vila Praia de Âncora para ajudar as obras do cemitério, e já na próxima reunião de Câmara se vai fazer para a Junta de Freguesia de Riba de Âncora que também gere os espaços culturais e recreativos da sua freguesia. Logo, o executivo está a fazer



Assembleia Municipal de Caminha

este esforço e existe um aumento de 20% para as Juntas de Freguesia. Existe também um aumento de 25% para as Associações Desportivas através do programa REMAD, mas, não é só isso que o executivo faz, atribui mais dinheiro às Associações Desportivas, mas, vão continuar a apoiá-las como aconteceu na última reunião de Câmara com o apoio de 80 mil euros ao Sporting Clube Caminhense, para desenvolver projetos com o Município de Caminha, “Como Caminha sabe Nadar”. E, tem o aumento da rubrica de apoio à família, porque sabem aquilo que aconteceu no ano passado, havendo um aumento importante nos apoios que a Câmara teve que dar às famílias do Concelho de Caminha, quer com as bolsas de estudo e nas despesas domésticas que apoiou.

Nas despesas de capital, existe uma perda de receita e despesa, que tem a ver com o investimento e passa a explicar. Como se está a executar obra do Quadro Comunitário, Portugal 2020, e já foi executada muito obra, como por exemplo, a Escola Secundaria de Caminha, agora existe um resto para as obras que são necessárias acabar; as obras de reabilitação do centro histórico de Caminha, ou, de reabilitação da Sandia e Vista Alegre fez-se a execução e já não há existe essa execução para se fazer e já se está no fim do Quadro Comunitário, e por isso, existe ali uma perda de receita, vão entrar menos Fundos Comunitários e ainda não começou o outro Quadro Comunitário, mesmo assim, o município tem um investimento muito forte, um investimento de mais de um terço do total que é o orçamento camarário, e também tem algumas novidades, como é o caso de um milhão de euros que se vai investir na habitação, que o executivo quer investir e certamente vai poder fazer esse investimento em várias freguesias do Concelho de Caminha. Logo, este é o terceiro maior orçamento dos últimos 12 anos, que quer combater os efeitos económicos, sanitários e sociais da pandemia, mas, vai continuar a fazer algo fundamental, que é pagar a dívida que tem vindo a fazer ao longo do tempo. De seguida o Senhor Presidente responde a algumas questões que ali foram colocadas.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse o Senhor Presidente que na reunião que tiveram apresentou os dados que tinha, e são os dados que essencialmente tem em mão, podia ter apresentado outros dados são as linhas gerais, e são as linhas gerias que fazem este orçamento. E, aquele que é o sinal vermelho que ali foi manifestar, quanto à insolvência, não é uma matéria que tenha certa, porque aquilo que está a acontecer na Câmara de Caminha, é que se tem uma dívida acumulada que está a ser paga aos poucos, e naquilo que tem a ver com os fornecedores do dia, do ano a execução tem sido positiva, o município está a pagar praticamente a pronto aos fornecedores com a exceção de grandes fornecedores, como por exemplo é o Caminhaequi, no entanto, no ano passado a Câmara pagou à Caminhaequi meio milhão de euros relativamente às Piscinas de Vila Praia de Âncora. Mas, o executivo tem dois exercícios positivos, nestes dois últimos anos, e tem confiança que o ano 2021, será o terceiro exercício positivo. O executivo está a conseguir pagar todos aqueles que são os compromissos assumidos no exercício, e está a conseguir fazer o equilíbrio entre a receita e despesa que tem, mas, não está a conseguir fugir à dificuldade tremenda que os obriga a um grande esforço, como por exemplo, o esforço que tem que pedir aos munícipes de Caminha para pagarem impostos altos. Porém, com este esforço o executivo está a pagar a quem tem de pagar, e está a pagar praticamente a pronto, e está a pagar da dívida de trás, do Plano de Saneamento Financeiro, o executivo nestes dois anos e meio, já se pagou 1 milhão e 500 mil euros, e no último ano 500 mil euros, e vai continuar com esta política neste orçamento. Todavia, saúda o Senhor Deputado Abílio Cerqueira e o Bloco de Esquerda, porque entre todas as forças políticas, naquilo que foi a oportunidade de fazer as intervenções em 5 minutos, com a exceção do Senhor Deputado Celestino Ribeiro que não teve oportunidade de estar com ele no encontro pré-discussão do orçamento, o Senhor Deputado foi o único que apresentou soluções, não se bastou a dizer que as contas estão mal, que estão em insolvência (nas quais discorda), e desse ponto de vista existe uma seriedade política que outras



Assembleia Municipal de Caminha

forças não o fizeram neste fórum, no entanto, as divergências nas proposta que apresentou não podem ser aceites pelo executivo, como a proposta de corte nas transferências para as freguesias, ou a proposta de corte de apoios à cultura e desporto não podem ter o apoio desta Câmara Municipal, porque tem que se continuar a apoiar quer as freguesias, a cultura e o desporto, mas, não deixa de valorizar a seriedade política das propostas, porém, não tem acolhimento para quem tem que gerir e encontrar soluções.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que apesar de não ter tido oportunidade de apresentar toda a sua argumentação, e, dizer que lamenta aquilo que aconteceu, quanto à impossibilidade de estarem juntos, acabou por ser uma situação um pouco caricata, porque tinham adiado uma reunião e logo a seguir ao Natal adoeceu. E, dizer também que na reunião de Câmara não disse aquilo que ali transmitiu e que saiu na comunicação social, e deixou de forma bem enfática que a responsabilidade de não ter havido a reunião não era do Senhor Deputado, mas sim dele. E, a propósito das questões que deixou, disse o Senhor Presidente que é uma dúvida partilhada com o Senhor Deputado Luís Alexandre da coligação “O Concelho em Primeiro”, que tem a ver com a previsão de receita na rubrica 05 e 1005, a primeiro tem a ver com concessão da iluminação pública, é a renda que a EDP paga pela iluminação pública e na rubrica 1099 é conceção das eólicas que pagam a renda ao município e na rubrica 08 019999 outras receitas, são receitas em parte das transferências das competências para as escolas, nomeadamente nas refeições escolares, e a outra tem a ver com o Protocolo que o Município tem com a Associação de Produtores Florestais para pagamento dos Sapadores Florestais, eles pagam uma parte e o Município paga a totalidade aos Sapadores Florestais.

Quanto aos projetos cofinanciados, disse o Senhor Presidente que a maior parte deste valor tem a ver com receitas de Fundos Comunitários, quanto a outras rubricas não consegui perceber, mas, provavelmente noutro momento poderão ter esse debate de outra forma.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda o Senhor Presidente que não podia delegar a apresentação deste orçamento, porque seria apenas a formalidade da reunião, porque é ele que concentra a elaboração do orçamento com os técnicos que trabalham na divisão respetiva, logo, seria apenas uma formalidade se delegasse em outro Vereador, não por falta de respeito, porque o executivo tornaria esse reunião simpática, mas inútil naquilo que era o pretendido.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta, Paulo Alvarenga, agradece o Senhor Presidente por ter lembrado ali algumas matérias, porque existe às vezes uma falta de memória, porque aquilo que o executivo pretende é colocar seriedade naquilo que faz, cumprindo a Lei, as normas e de cumprir com o povo do Concelho de Caminha.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que não se deve assustar com as rúbricas porque, como sabe muito daquilo que tem a ver com a previsão destas rúbricas, muitas são abertas para permitir o financiamento, e no caso do centenário de Vila Praia de Âncora a rúbrica está aberta para se poder evoluir este ano, mas, o aniversário é em 2024, logo, não prevê ali no arranque deste mandato fazer uma despesa que vá àquilo que são as celebrações em 2024, o executivo abriu a rúbrica para permitir que se este ano se iniciar a fazer algum tipo de despesa, poder alimentar a rúbrica, mas, certamente não será porque a rúbrica será alimentada e bem, não sabe se com um subsidio à Junta de Freguesia, ou pela organização do Município, mas, em 2024 será o grande ano.

Quanto ao Vila Praia em Flor, disse o Senhor Presidente que quando herdaram o Vila Praia em Flor, era feito com flores de papel, tinha crescido com a força ligado às maias, mas, com alguma incapacidade de se projetar mais além, e aquilo que este executivo fez, foi colocar flores naturais, projetá-lo para outros espaços aonde não existia, fez-se espetáculos mais fortes, e vão continuar a fazer, e parte do valor que está no Vila Praia em Flôr não contempla a compra das flores que deve estar em outra rúbrica ligada à aquisição destas matérias.



Assembleia Municipal de Caminha

Logo, não deve estar preocupado, e se houver a capacidade de se organizar a festa, seria uma boa notícia, depois de estar 2 anos sem o poder fazer, de certeza que ela vai acontecer.

Quanto à Maior Mesa da Páscoa, disse o Senhor Presidente que está um pouco pessimista em relação a esta festa, mas, se for possível a sua realização de certeza que irá ser feita.

Saúda ainda o Senhor Presidente de Junta, pela independia que levou ali ao debate, e que se distingue da bancada que representa, porque tem tido a ocasião nas críticas que são feitas nos debates, e ainda ontem lhe mostraram uma publicação em que os Senhores Vereadores da coligação “ O Concelho em Primeiro”, acusam o executivo de priorizar festas e festinhas, e o Senhor Presidente de Junta com o Vila Praia em Flôr, a Mesa da Páscoa e o aniversário, com a necessidade de se investir nestas áreas, explica bem à sua bancada com total independência, como é necessário e fundamental se apoiar as festas da comunidade, e não deixa de sublinhar que nem sempre estão de acordo, mas, desta vez estão de acordo.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Isabel Dias, disse o Senhor Presidente que não percebeu as questões que ali colocou, mas, dizer que não deve estar preocupada com a obra do mercado, porque, devia estar preocupada era anteriormente, estava ali há 40 anos e ninguém fazia nada, agora está a ser feito e executado dentro dos prazos, porque os prazos às vezes tem que ser suspensos, porque se descobriu que as colunas que sustentavam o mercado tinham fibrocimento, teve que se suspender os trabalhos para se pedir autorizações e por isso a obra esteve parada, logo o executivo está a fazer o novo mercado, mas, se está zangada com isso, é uma chatice! Mas, é uma obra importante para o Concelho. Se há dinheiro para pagar obra? Sim, está a ser paga a tempo e horas.

Quanto à Escola Secundaria, disse o Senhor Presidente que a Senhora Deputada foi mal informada, porque a Escola Secundaria tem um bar e está renovada, porém, quem tem que gerir o bar é uma competência própria do



Assembleia Municipal de Caminha

Agrupamento, e é a escola que tem que dirimir sobre essa matéria. E, dizer ainda que existe um dispensador de água na cantina para que os alunos possam usar individualmente sem que haja essa partilha de garrafas de água como ali foi dizer. Portanto, Senhora Deputada nessa matéria foi mal aconselhada, às vezes as coisas são assim, para a próxima correm melhor.

Relativamente ainda à intervenção do Senhor Deputado Luís Alexandre, disse o Senhor Presidente que se os documentos não estão publicados, deveriam estar, porém, ninguém anda a esconder nada a ninguém, porque foi esta Assembleia que votou e estudou os documentos, o que acontece é que alguém não colocou no site esses documentos. E, dizer também que já explicou qual é a rubrica 05 1005, 05 1099, mas, aquilo que é estranho nestas matérias é olhar sempre para as receitas um partido que andou a empolar receitas ano a fio, a inventar receitas, e agora, que as receitas são calculadas com formulas e quando são calculadas de forma otimista é porque o executivo sabe as receitas quer tem, e se o executivo no IMT tem previsto uma receita 1 milhão e 200 mil euros para o próximo ano e foi executado 1 milhão e 600 mil euros, logo, vejam bem o à vontade que o executivo está nesta matéria.

E, dizer ainda que o Senhor Deputado foi ali dizer que não tinham um Plano sobre a Estratégia Local de Habitação, mas, o Município tem um Estratégia Local de Habitação e não tem um plano, o Senhor Deputado está enganado quanto a essa matéria, e quer saber mais do que o executivo, não sabe! mas, aquilo que é a Estratégia é pública, foi votada ali e foi conseguida e aquilo que incomoda é que o PSD no poder fez zero em habitação para ajudar as pessoas, e o executivo conseguiu o financiamento, tem uma estratégia e vai ser implementada e investir 4,5 milhões de euros, custa a ouvir, mas, vai resolver o problema das pessoas em muitas freguesias.

E, dizer ainda que o Senhor Deputado Jorge Nande, está muito preocupado com 1 milhão e 200 mil euros que se tem para pagar à Luságua, diz que é pouco, que se vai ficar a dever 600 mil euros, o Senhor Deputado Luis Alexandre diz que é muito porque só se tem que pagar 600 mil euros de renda,



Assembleia Municipal de Caminha

agora, os Senhores Deputados tem que se entender na vossa bancada, porque ninguém entende aquilo que os Senhores fazem.

Disse ainda o Senhor Presidente que se o executivo tem previsto 1.2 milhões de euros nessa rúbrica é porque o executivo prevê pagar a renda anual à Luságua que é cerca de 600 mil euros, e continuar a pagar dívida, dentro das limitações que tem.

Julga, o Senhor Presidente que explicou ali o que é um orçamento sério, claro, robusto para fazer e cumprir com o programa eleitoral que sufragaram ainda há poucos meses junto da comunidade Caminhense, e por isso pede aos Senhores Deputados que aprovem este documento.

Muito obrigada.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez um pedido de esclarecimento, e agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara o esclarecimento que deu sobre as festas, porém, foi uma pena não ter falado da iluminação pública. No entanto, esta sua intervenção vai naquilo que é transparência destas Assembleias, e o Senhor Presidente na última sessão da Assembleia Municipal disse-lhe olhos nos olhos que as obras referentes aos Orçamentos Participativos, como o Dólmen da Barrosa e o Monte do Calvário que não iriam ser executadas este ano por diversos motivos. No entanto, a Senhora Deputada Paula Aldeia frisou ali estas obras, ora, os Senhores devem-se entender e estudar os dossiers, porque estão a enganar pelo menos 4800 Ancorenses, e ele próprio não sabe se estas obras vão ser executadas ou não, e como estas sessões devem ser transmitidas para se ver em casa, todos eles ficam confusos com esta falta de ligação entre deputados do PS e executivo da Câmara Municipal.

Muito obrigado.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e disse que o Senhor Presidente da Câmara disse ali que já executou um 1 milhão e



[Handwritten signature]

[Handwritten symbol]

Assembleia Municipal de Caminha

800 mil euros, e que prevê executar 1 milhão e 200 mil euros no próximo ano, pelo que pede que fosse esclarecido sobre a rubrica 010204 Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis, porque a verba que lá está inscrita não é 1 milhão e 200 mil euros que ali referiu. E, como a despesa também é importante, precisa ali de umas explicações sobre as rubricas; rubrica “outros” no valor 100 786.52€, rubrica 02010295; existe um conjunto de despesas a quem chamam “outros” 02011603, em que está desdobrada na rubrica 0201160399, ou seja, está ali um desdobramento duas vezes de 3 mil euros em “outros”; nos outros bens, rubrica 020121 em que está previsto 195 044.57€, pergunta ainda se o Município gasta 122 935.10€ em comunicações, e que comunicações são; e sobre a rubrica 020214 para que são 90 mil euros em estudos, pareceres e consultadoria; e sobre a rubrica 020217 no valor de 221 mil euros quase equivalente às transferências para as freguesias, mas, neste caso para publicidade, e sobre aquilo que é sempre ambíguo como a rubrica 020220 outros trabalhos especializados, o que é isto?; uma outra rubrica que o chamou à atenção a 020224 trata-se de encargos com cobrança de receita, será que o Município para executar o orçamento de recita também vai ter que pagar encargos, neste montante, se sim? De que forma e a quem? E ainda se tem outra rubrica de outros 022599 são mais 280 857.80€ para outros, e outra de outros de 302 860,00€ na rubrica 060203, os outros investimentos no valor de 270679.93 na rubrica 070115. E, para terminar disse que existe uma regra de ouro que prevê que 10% da receita corrente não pode ser gasta, gostava que o Senhor Presidente lhe disse-se aonde está a cumprir esta regra, porque apesar de ser uma receita corrente tem de ser reservada para capital e trata-se de uma forma de manter o equilíbrio financeiro.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, faz uma interpelação à mesa, e disse que se refere à condução dos trabalhos, e segundo o regimento os pedidos de esclarecimento que são invocados são coisa sucintas, não são idas ali ao



Assembleia Municipal de Caminha

parlatório usando quase outro tempo de intervenção para dar continuidade à intervenção, logo, o Senhor Presidente da Mesa deve ter isso em atenção.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, faz uma interpelação à mesa, disse que em relação á interpelação à mesa que foi feita, ele vai ali lembrar que o n.º2 do art.º 25 do regimento, refere que “quanto às matérias constantes das alíneas a) a h), não deverão exceder 5 minutos cada”, pelo que, recorda a mesa que o regimento refere isso.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez um pedido de esclarecimento, e disse que o Senhor Presidente da Câmara mencionou que foi o único que apresentou propostas. E, dizer que o Bloco de Esquerda levou um documento à Câmara Municipal que se baseava no conceito naquilo que achavam que seria ser o orçamento da Câmara. Esse documento indicava aquilo que deviam ser as práticas da Câmara, nesse momento o Senhor Presidente disse que o orçamento a apresentar era na continuidade e o Bloco entendem que havia ali uma divergência de fundo. No entanto, o Senhor Deputado refere que o Senhor Presidente apenas disse que aquilo que eles queriam era retirar os apoios às Juntas de Freguesia, ora, o documento neste ponto refere; “a suspensão de todas as transferências protocoladas com as Juntas de Freguesia e demais entidades públicas, privadas e associativas a não ser as estritamente imprescindíveis sendo essa imprescindibilidade avaliada em termos de aspetos de elementar segurança ou que com a supressão possam causar irreparável.” ou seja, só um “tolo” é que diz cortem tudo, o espírito deste documento entregue foi no sentido de dizer que tem que haver aqui ou ali um corte, uma reversão do modelo, mas, como é obvio não vamos retirar tudo, aquilo que pretende é um corte, mas, não naquilo que são despesa imprescindíveis, portanto não é isso que o Senhor Presidente ali disse.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento, e começou por agradecer ao Senhor Presidente as respostas ali dadas, que resultaram do acolhimento do Senhor Presidente da Câmara a questões escritas e entregues em mão pelo Senhor Deputado. E, dizer que a rubrica que o Senhor Presidente não compreendeu foi a primeira que colocou 02022099 que tem inscrito cerca de meio milhão de euros, e a CDU apenas encontrou três ações: o Plano para a Igualdade com 35 mil euros, o Alto Minho mais inclusive com 55 289mil euros, e outra, na Habitação e Ordenamento do Território, com 16 435,71€; portanto, fica muito aquém daquele que é o valor que está inscrito, e gostavam de compreender.

Dizer ainda que se estas Grandes Opções do Plano e Orçamento trouxessem as subdividido o PPI e o Plano de Atividades Municipal, era muito mais fácil para eles compreenderem e fazerem o controlo da execução e implementação do orçamento.

Disse.

O **Senhor Deputado Luis Alexandre Fernandes**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se vai responder às questões que ele ali colocou relativamente à AdAM, se tem que participar ou não as obras que a Câmara faz e se tem um Plano Local de Habitação, uma vez que em reunião de câmara disse que não o tinha.

Muito obrigada.

O **Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, fez um pedido de esclarecimento, e disse que o Senhor Deputado Abílio foi ali dizer que a Câmara Municipal devia cortar ou restringir as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, ora, o Senhor Deputado não deve estar muito bem dentro daquilo que é gerir uma Junta de Freguesia. E, dizer que Vila Praia de Âncora recebe do orçamento do Estado à volta de sessenta e tal mil euros, por ano, que devia ser por mês, as verbas que recebem não chegam para pagar aos



[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten initials in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

funcionários e se não fosse as transferências da Câmara Municipal de Caminha, aí a “faca” dele corta a direito, o que seria das Juntas de Freguesia, seria melhor fecharem a porta e entregarem a chave na Câmara.

Disse.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, fez um pedido de esclarecimento, e disse que o Senhor Presidente da Câmara disse que havia um dispensador na cantina, o qual devia ter sido colocado esta semana. E, dizer que na cantina não é na escola, possivelmente só esta acessível quando a cantina está aberta, e, pergunta, um dispensador é o suficiente para aquelas crianças todas?

Disse.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento, e perguntou à Senhora Deputada Isabel Dias, se conhece a Escola de Caminha, ele tem lá uma filha, esteve lá muitos anos a trabalhar e está ali muita gente que conhece a Escola de Caminha, e sabe muito bem aonde se pode beber água, e sabe muito bem que aquela caricatura que a Senhora fez daquela escola é de quem não conhece a escola, pelo que, a convida a conhecer?

Disse.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta a todas as perguntas, julga que pode ter alguma dificuldade em relação a algumas rúbricas, porque não percebeu. E, dizer ao Senhor Deputado Abílio Cerqueira, que o Senhor Presidente de Vila Praia de Âncora, julga que já lhe respondeu, e, a verdade é que para as Juntas de Freguesia é difícil fazer um exercício de emagrecimento, o executivo tem aumentado, mas, também tem noção que isso não chega para aquilo que as Juntas querem ter para fazer obra. A, formulação da proposta é séria do ponto de vista político, porque diz para cortar e em que



Assembleia Municipal de Caminha

se deve cortar, mas, é impossível cortar para as Juntas de Freguesia porque todo o dinheiro que vai é estritamente necessário.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que aquelas obras do Orçamento Participativo são obras que quer fazer, mas, tem que ser executadas de forma ponderada, porque necessitam de projeto e de projeção daquilo que se quer para o futuro, não basta com pequenas obras, e as rúbricas estão abertas precisamente para que se for necessário este ano de se prever alguma situação. Porém, sublinha ali que para este ano, este orçamento já prevê finalizar a obra da Escola de Vila Praia de Âncora; a sede da Academia Fernandes Fão; o Campo Desportivo da Escola, que beneficiou agora de financiamento do Ministério da Educação de 75 mil euros que vai criar mais condições; a obra do Forte da Lagarteira que tem duas empreitadas distintas, a primeira já foi lançada e está em fase de concurso; a obra da Cruz Velha, onde se vai ter que encontrar soluções sobre a passagem superior da linha e estrada e mais um conjunto de obras que não estão definidas ao milímetro, como por exemplo já se está a preparar o projeto para uma intervenção na 8 de Julho, trata-se de uma rua que precisa de intervenção e por isso tem que se encontrar solução para a intervenção não basta passar um rolo de asfalto, tem que se ver os passeios, logo, existe um conjunto de obras para Vila Praia de Âncora e o executivo tem a certeza que o Senhor Presidente de Junta vai votar a favor deste orçamento, porque vai beneficiar muito daquilo que é a aposta em Vila Praia de Âncora.

Relativamente ao Senhor Deputado Luis Alexandre, disse o Senhor Presidente que sobre as águas o Município tem que cofinanciar estes projetos, porque não são financiados a 100%, não percebe qual a dúvida, está a falar de propriedade do Município que tem que ser intervencionada e tem que dar a parte do capital próprio como se faz em outras obras. E, aproveita para dizer ao Senhor Presidente de Junta de Âncora que uma vez que o Senhor Deputado Luis Alexandre não gosta da AdAM, que o alargamento da rede vai continuar já



Assembleia Municipal de Caminha

com início ainda este mês de janeiro. Quanto à habitação, disse que existe uma Estratégia Local de Habitação, e está definida pela Câmara Municipal.

Relativamente à Senhor Deputada Isabel Dias, disse o Senhor Presidente que o Senhor Presidente de Junta, Miguel Gonçalves já lhe respondeu, o dispensador já lá está há muito tempo, isso foi solicitado pelo Agrupamento e a Câmara respondeu, isto é tão simples como isso.

Relativamente às rúbricas, disse o Senhor Presidente que vai responder àquelas que conseguiu reter, e refere que 122 mil euros de comunicações, são as várias comunicações como por exemplo telefone, internet de todos os serviços como escolas e etc., mas, há uma coisa que não pagam é telefone a todo o executivo porque não tem; 90 mil euros para estudos e consultadoria, porque, preveem que haja necessidade de encontrar soluções e pareceres e estudos para um conjunto de investimentos; os trabalhos especializados, são questões ligadas ao software ou seja licenças que são avultadas; os encargos com cobrança de receita, são os pagamentos que se fazem aos bancos e finanças por determinadas ações, como por exemplo quando se cobra às pessoas; a rúbrica 02022599 trata-se da rúbrica que permite comprar o gás para todas as escolas e piscinas de Vila Praia de Âncora, a 02011603 materiais para venda, trata-se de materiais que a Câmara compra para vender, como materiais ligados às piscinas, Sisa, turismo, e ainda existem mais uma rúbricas, mas não consegui reter.

Quanto aos impostos disse o Senhor Presidente que falou em 1 milhão e 200 mil euros, e o IMT previsto é de 1 milhão e 300 mil euros, e sublinha que o Município em 2021 conseguiu arrecadar esta receita muito acima daquilo que se previa, arrecadou 1 milhão e 600 mil euros, que vai desmentir a ideia que o otimismo do executivo é irrealista, porque se em 2021 um ano difícil para o mercado imobiliário e economia se arrecadou 1 milhão e 600 mil euros pela dinâmica do imobiliário no Concelho de Caminha e aquilo que o executivo julga arrecadar é um pouco menos 1 milhão e 300 mil euros será realista e no final do ano estará ali para avaliar qual foi a execução desta receita.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 10 votos contra e 01 abstenções.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um voto de protesto, por entender que a norma regimental que estipula 5 minutos de intervenção é indicativa e não vinculativa. A redação do regimento diz que não "deverão" ser excedidos 5 minutos de intervenção, sendo claro para a CDU que, se a vontade do regimento fosse impedir intervenções acima desse tempo, a redação seria "não poderão" exceder 5 minutos. E, dado o interesse deste documento, esse tempo deveria ter sido excedido, porque se está a falar do Plano e Orçamento para o ano 2022, documento fundamental ao exercício municipal.

Acrescentou um segundo protesto, dizendo que não se sentia bem se não o fizesse. Vai assim protestar contra a bancada do grupo "O Concelho em Primeiro", porque a imagem que passaram do Agrupamento é uma imagem que, sendo ele um profissional da educação, professor do agrupamento e membro do órgão pedagógico do agrupamento, não o pode de todo aceitar. É uma imagem desumana e de uma irresponsabilidade tão grande, mais até no cenário de pandemia. Não adiante dizer que não corresponde há realidade, porque é muito mais do que isso; aquilo que a coligação ali passou foi uma imagem de educadores completamente indiferentes à sede de alunos e completamente alheios a que neste contexto de pandemia eles compartilhem garrafas ou tenham que partilhar outros espaços num descuido tão grande, quando aquilo que o agrupamento faz é precisamente o inverso. A escola é o local mais seguro neste momento, mais higienizado, mais cuidado e mais



Assembleia Municipal de Caminha

atento às crianças e aos jovens do Concelho. Fica este protesto contra a coligação “O Concelho em Primeiro”.

Disse.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) – Mapa de Pessoal para 2022

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de janeiro de dois mil e vinte e dois, relativa ao “**Mapa de Pessoal para 2022**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea o), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais, **propõe-se** que este órgão delibere aprovar o “Mapa de Pessoal para 2022”.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Relativamente ao mapa de pessoal, a bancada eleita pela Coligação O Concelho em Primeiro, não compreende a ausência de 3 chefes de divisão.

A falta destas figuras no mapa de pessoal fere as dinâmicas e interligações laborais dos serviços municipais com consequência final sempre na qualidade prestada pelo município perante os anseios dos seus munícipes.

Apesar de faltarem 3 chefes de divisão, e não estando aqui a desvalorizar as suas competências na estrutura municipal, não podemos deixar de realçar a falta do chefe de divisão financeira e administrativa.



Assembleia Municipal de Caminha

- Num momento em que o município de Caminha passa por claras dificuldades financeiras não podemos aceitar que esse cargo se encontre vago;
- No dia em que acabamos de votar as Grandes Opções do Plano para 2022 (GOP) não se compreende como não existe chefe da divisão respetiva que tem como função coordenar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, suas revisões e alterações, nos termos em que forem definidas;
- Aliás, os documentos que nos foram apresentados para votar com as Grandes Opções e orçamento são, do ponto de vista formal e substancial, um exercício com falta de transparência que só pode resultar por não existir um chefe de divisão qualificado que, relativamente aos documentos em causa os elabora nos termos da lei, aliás como se vê dos sites de internet de todos os demais municípios.
- Não entendemos que, Sr. Presidente da Câmara, V. Exa, responsável pelas finanças municipais, não tenha um técnico lhe possa fazer sobra nessas matérias, ajudando desde logo no controlo e eficácia das finanças municipais, aliás, provavelmente teria o município de Caminha conseguido obter o visto do Tribunal de Contas, respondendo cabalmente ao que aquele órgão lhe exigiu relativamente aos procedimentos de saneamento financeiro.
- Em mais um ano, em que a gestão municipal pede mais um enorme esforço aos seus munícipes e suas famílias não compreendemos como não existe chefe de divisão que deve estudar e propor medidas que obstem a desequilíbrios negativos na execução do orçamento, evitando assim, as constantes derrapagens orçamentais a que nos habituaram nos últimos anos.
- No momento em que estamos a votar o mapa de pessoal para 2022 não percebemos como não existe o chefe de divisão que deveria "gerir" esta divisão e promover em articulação com a respetiva unidade orgânica a elaboração do Balanço Social, por exemplo.

Minhas senhoras e meus senhores, outro dos aspetos que esta bancada não pode deixar passar em claro é a figura do Comandante Operacional Municipal,



Assembleia Municipal de Caminha

figura importante e obrigatória, figura que tem entre outras funções importantes,

- Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho de Caminha;
- Promover a elaboração de planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;

Caras e caros munícipes, esta figura no mapa de pessoal, está limitada na sua ação em caso de alguma calamidade neste nosso concelho, pois Caminha não tem um plano de emergência municipal aprovado e em atividade, nem tão pouco publicado na página

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, para fazer face as ações necessárias para prevenir e mitigar quaisquer ocorrências danosas a que possam ser chamados a intervir.

Assim, e porque é de extrema importância que estejamos salvaguardados perante eventuais ocorrências graves, não podemos deixar de insistir que o executivo camarário resolva esta questão, apresentando e aprovando o referido plano de emergência municipal, para que seja uma ferramenta que esteja ao dispor do Comandante Operacional Municipal se um dia lhe fizer falta.

Disse.”

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“O mapa de pessoal apresentado contém o que nos parecem ser alguns erros ou incongruências, pelo que gostaríamos de ser esclarecidos quanto aos mesmos.

Relativamente à carreira de Assistentes Operacional indicam-se no mapa 40 lugares não ocupados enquanto que no resumo final se indicam apenas 21.

Também no resumo, consta um total de 367 postos de trabalho ocupados, mas, somando todas as colunas o total é bem diferente, são apenas 338.



Assembleia Municipal de Caminha

O mesmo sucede nos postos não ocupados, a soma também não se mostra correta. Estão indicados 50, mas a soma dá 47.

Assim, temos dúvidas sobre se o número total de postos de trabalho ocupados são os 338 que somamos ou os 367 que se indicam porque eventualmente faltam dados no mapa ou outras categorias ou se se trata de simples erro aritmético.

Já quanto aos postos não ocupados, resultam três valores diferentes: do mapa detalhado o total é de 66, no resumo constam 50 e da soma da coluna resultam 47.

Nestes termos, pensamos que é de todo o interesse esclarecer e retificar o mapa para valores corretos antes de o colocar à votação, uma vez que o resumo do mapa integra a proposta apresentada e a origem dos erros não se mostra identificada.

Muito obrigada.”

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que ficou surpreso quando o Senhor Deputado Ricardo Cunha estava a fazer uma interferência àquilo que devia ser o trabalho do Senhor Comandante Operacional da Proteção Civil Municipal, nomeadamente, aquilo que falta que é o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, ficou surpreso com a atitude do Senhor Presidente da Câmara virado para o Senhor Presidente, como quem, não o calas! É, mais um ato de democracia.

Saúda ainda o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Abilio Cerqueira, e dizer que a falta de um Chefe de Divisão Administrativa e Financeira dá nisto, não há quem coordena os serviços. Porém, a dúvida é; vão agora ver os mapas? Tem ali elementos da Câmara que permita ver se os mapas estão certos ou errados? Vai-se aprovar um mapa que não se sabe de fonte segura se os números estão certos ou errados, perante as discrepâncias que descobriu o Senhor Deputado Abilio Cerqueira. Ele, que vinha aprovar o mapa,



Assembleia Municipal de Caminha

já não o aprova. Ora, tem que se estar atento com esta governança do PS. Parabéns ao Senhor Deputado do Bloco de Esquerda!

Disse ainda o Senhor Deputado que já foi ali manifestamente provado que a comunicação na página do Município é enganosa; já foi ali manifestamente provado que as deliberações desta Assembleia e outros instrumentos fundamentais, que de acordo com o princípio da transparência, tem que estar publicados na página do Município, não o estão, e o Senhor Deputado olha para o mapa e vê que se tem 5 técnicos de informática, sendo um deles técnico superior dessa área, e uma coordenadora, e pergunta, com tanta gente na informática, não conseguem ter uma página minimamente credível e com uma comunicação séria e institucionalmente séria, e, se realmente nesta área de informática se tem 7 pessoas, porque estas discrepâncias acontecem com a realidade.

Para terminar, o Senhor Deputado disse que o Município tem à volta de 270 assistentes operacionais, pergunta, para além deste pessoal que o Senhor Presidente não sabe quantos são, quantos tem contratados a recibo verde, de forma recorrente há vários anos e que estão a trabalhar para o Município.

Muito obrigada.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse ao Senhor Deputado que relativamente à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Ricardo Cunha, os lugares de Chefe de Divisão estão em aberto, e não são três o Senhor Deputado não sabe ler o mapa de pessoal, são dois. E, dizer que vê a preocupação do Senhor Deputado com os cargos de Chefes de Divisão, nomeadamente, ao Chefe de Divisão Financeiro, porém, quer tranquilizá-lo, porque desde que ele é máximo responsável das finanças e administração, a Câmara começou a dar exercícios positivos, a Câmara começou a antecipar as receitas para as Juntas de Freguesia, a Câmara começou a fazer pagamento aos fornecedores do exercício, desceu a dívida e cumpriu o limite de endividamento, e, em 2018 com Chefe de Divisão a Câmara não cumpriu o



Assembleia Municipal de Caminha

limite de endividamento e tem cumprido com o equilíbrio orçamental, vejam como é uma desgraça não se ter Chefe de Divisão. E, quem gera a Câmara é ele por vontade dos Caminhenses, e será ele que abrirá concursos para Chefes de Divisão no momento que entender que se deve abrir concurso, logo, não se deve preocupar quanto a essa matéria.

Disse ainda o Senhor Presidente que falou ali quanto ao Comandante Operacional da Proteção Civil Municipal, que não faz parte do quadro de pessoal, não entende como num ponto que não tinha que falar, perdeu metade do tempo a falar sobre isso, porque, essa matéria não cabe ao Senhor Presidente gerir.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse o Senhor Presidente que aquilo que interessa avaliar é o quadro de pessoal e não o resumo final, logo aquilo que ali está para ser votado é o quadro de pessoal e não o resumo.

Ainda em relação à questão colocada sobre os recibos verdes, disse o Senhor Presidente que a Câmara tem contratada um conjunto de pessoas a recibos verdes, não sabe o número de côr para poder responder, porque também não fazem parte do quadro de pessoal, e contratará as pessoas que forem necessárias para que as escolas, os jardins estejam em condições ao contrario daquilo que é defendido por outros com a capacidade que ali tiveram de indignar as pessoas ligadas ao agrupamento, porém, o trabalho do executivo é criar condições para que as crianças tenham condições nas escolas e os professores possam fazer o seu trabalho e todos os funcionários. Agora, aquilo que não pode fazer é lançar concursos de 15 em 15 dias sempre que existe uma necessidade, tem que contratar a recibos verdes e é isso que vão continuar a fazer sempre que seja necessário. O quadro de pessoal tem um conjunto de situações em aberto que vai permitir lançar concurso públicos, e será isso que o executivo fará de modo a resolver os problemas, que são problemas mais estáveis. E, mais uma vez reitera que aquilo que está ali para ser votado é o quadro de pessoal e não o resumo final, e como todos sabem o



Assembleia Municipal de Caminha

executivo ficou sem secção de pessoal há dois meses pelas razões que são conhecidas por todas as bancadas, e de facto, houve dificuldade no diálogo com as finanças para o fazer, e se querem debater esse tema, podem-no fazer, mas, julga que isso justifique alguma imprecisão que possa ter havido e que não confirma, e o quadro de pessoal é aquilo que vão votar, não é o resumo. Muito obrigada.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pede um esclarecimento e disse que o Senhor Presidente foi ali dizer que tem funcionários a recibos verdes, mas, não respondeu à pergunta, que era, quantos funcionários tem? E se os contratava recorrentemente de ano para ano? uma outra pergunta, para que tipo de serviços os contrata, uma vez que falou nas escolas, para que tipo de serviços? E, se essas pessoas que contrata a recibos verdes trabalham sobre ordens do Município, se utilizam equipamento do Município, se trabalham em instalações Municipais e se cumprem uma hierarquia municipal no que diz respeito ao cumprimento de ordens e se tem um horário de trabalho definido de entrada e de saída.

Muito obrigada.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta ao Senhor Deputado disse que os contratos de prestações de serviços cumprem os termos legais. Aquilo que o Senhor Deputado não quer dizer de forma clara e que todos já perceberam é que não gosta de quem está a trabalhar hoje para o Município, e a verdade é que tem este problema, porque já é a segunda ou terceira vez que vai ali atacar as pessoas que trabalham a recibos verdes. Mas, aquilo que o Senhor Presidente tem ali a dizer é que as pessoas que trabalham a recibos verdes prestam um grande serviço ao Município de Caminha, porque ajudam a fazer melhor o trabalho do Município, nas escolas estão ligados ao agrupamento e conseguem acompanhar as crianças, nos jardins conseguem resolver uma série de problemas com a agilidade que tem de poderem ser



Assembleia Municipal de Caminha

prestadores de serviços e em outros serviços como na assessoria o advogado que presta serviços com os seus próprios meios, ou seja, um conjunto de pessoas que ajuda a Câmara a fazer o seu trabalho, e julga que em muitas matérias tem que se agradecer a estas pessoas que estão a recibos verdes, mas, o executivo ao longo deste trabalho também identificou a necessidade de dar estabilidade a estas pessoas, e a pessoas que são assistentes operacionais que devem ser assistentes técnicos, assistentes técnicos que devem ser técnicos superiores, o executivo tem isso identificado, e o que o quadro de pessoal permite ali fazer é essa evolução e é isso que o executivo irá fazer é prestar um bom serviço, e agradece ali às pessoas, porque existe ali um discurso que passa e vem desde o início desta Assembleia de espezinhar ou de amesquinhar as pessoas que tem trabalhado com a Câmara Municipal, desde a secção de pessoal, a secção financeira, a secção administrativa, às pessoas que trabalham nas escolas e nos jardins e vem sempre do mesmo sítio e por isso, se opõe a este sentido por parte da coligação “O Concelho em Primeiro”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez declaração de voto e disse que em nome da bancada “O Concelho em Primeiro”, que votaram em abstenção a este mapa de pessoal porque; acham surpreendente descaramento aquilo que



Assembleia Municipal de Caminha

o Senhor Presidente da Câmara ali disse, e tentou ao contrário do que é a realidade mais uma vez sair dali com a “cara bonita”.

Senhor Presidente;

Este mapa de pessoal e as respostas que ali deu, demonstram que o Senhor não quer saber do pessoal do seu município, esteve tempo infinito sem o avaliar e pior tem trabalhadores que sabe que estão em trabalho precário através de recibos verdes, e sabe que lhe fazem falta para os serviços que o município tem que desenvolver, e não serve ir ali porque fica bonito e está a ser filmado, dizer que estão preocupados com os trabalhadores e que vão corrigir as coisas. E, isso levou-os a abster neste ponto porque o Senhor Presidente tem dito ali de forma reiterada e com o ar sério “quem manda nisto sou eu, estamos entendidos”.

Muito obrigada.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, fez declaração de voto e disse que a razão do seu voto em abstenção, prendesse essencialmente pela intervenção que ali fez, porque o resumo é reflexo das contas de todas as folhas, e, apesar de não estar a analisar a razão de cada posto de trabalho, estão ali a votar um mapa de pessoal, onde existem uma série de contradições que para ele são importantes, logo, essa é a razão da sua abstenção.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez declaração de voto e disse que a CDU votou favoravelmente este mapa de pessoal, essencialmente, porque viu nele a oportunidade de consolidar alguns postos de trabalho com as aberturas de vaga que existem, nomeadamente no que diz respeito aos assistentes operacionais.

Quanto às dúvidas ali lançadas disse o Senhor Deputado que, por uma questão de coerência com o passado, a CDU faz boa fé daqueles que são os documentos que vem da Câmara Municipal e também fazem boa fé daquilo que é afirmado ali na Assembleia perante todos. Logo, aquilo que ali foi



Assembleia Municipal de Caminha

garantido é que os erros desse resumo não são para ter em consideração, e votaram o mapa de pessoal em consciência, considerando o assumido como verdadeiro.

Disse.

d) – **Contração de um Empréstimo de Curto Prazo para o Exercício Económico de 2022**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de janeiro de dois mil e vinte e dois, relativa à “**Contração de um Empréstimo de Curto Prazo para o Exercício Económico de 2022**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea f), do n.º1, do art.º25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar a contratação de empréstimos, **propõe-se** a contratação de um empréstimo de curto prazo para o exercício económico de 2022.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“O concurso para apresentação de propostas, por convite, para o empréstimo em causa, é revelador do estado de carência das finanças públicas municipais, correspondente a uma gestão que não consegue acautelar – sequer – as necessidades correntes para o dia-a-dia.

Revela uma espécie de gestão: "chapa ganha, chapa gasta", vendo-se o Executivo na necessidade de recorrer a pedidos de empréstimos para assegurar, não um qualquer acontecimento imprevisto, mas apenas aquilo que é previsível, mas não foi acautelado, isto é, provisionado.

Esta gestão dos dinheiros públicos, com dependência de empréstimos bancários, é solução que só deve ser utilizada como boia de salvação em caso



Assembleia Municipal de Caminha

de perigo de “afogamento” e não como ato de gestão normal, corriqueiro, ano após ano, e, muito menos, para resolver a descapitalização da normal despesa corrente.

Ainda que as taxas de juro sejam baixas, pagam-se, e pagam-se com o dinheiro público, designadamente, com o dinheiro que os contribuintes caminhenses pagam nos seus impostos cobrados nas taxas máximas.

Por outro lado, espanta-nos o facto de terem sido convidadas a apresentar propostas para o empréstimo 6 entidades bancárias, todas no dia 18 de novembro, com um prazo curtíssimo de apenas 4 dias úteis, portanto, com muita urgência, mas para que o relatório final fosse apresentado mais de um mês depois, a 30 de dezembro; não tendo tido o júri do concurso absolutamente nenhum trabalho de seleção.

E não houve nenhum trabalho de seleção porque a seleção foi feita automaticamente pelos proponentes.

Das 6 entidades bancárias, apenas 2 responderam e dessas duas, apenas uma mostrou interesse em emprestar os 800 mil euros pretendidos, disponibilizando-se a outra a emprestar apenas metade desse valor.

Ou seja, das 6 entidades convidadas a toda a pressa, apenas uma respondeu positivamente, dentro dos parâmetros, pelo que o trabalho do júri se limitou a admitir a única proposta válida que detinha, demorando para o efeito mais de trinta dias, depois dos 4 dias úteis concedidos às entidades bancárias, sendo que metade nem sequer respondeu.

Pelo exposto, não podendo concordar com este tipo de gestão “chapa ganha, chapa gasta”, sem qualquer esforço de assegurar a despesa corrente e, ao mesmo tempo, por considerar também que o procedimento concursal não se realizou de forma a garantir a possibilidade de apresentação de um maior leque de propostas, o Bloco de Esquerda vota contra a contratação do empréstimo.”

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que o Senhor Deputado Abílio Cerqueira e ele estão em sintonia, apesar de estarem em linhas políticas



Assembleia Municipal de Caminha

diferentes, mas, a verdade é esta. E, dizer que o Município de Caminha merece tanta credibilidade ao sistema bancário, que só o banco do costume a Caixa Agrícola, porque tem muito dinheiro parado e precisa de emprestar dinheiro a qualquer risco, e só uma Caixa Agrícola é que faz uma proposta para emprestar dinheiro nos termos em que o Município precisava, 800 mil euros a curto prazo, e mais os 300 mil euros que vem da Câmara de La Guardia dão um bom jeito para a gestão que o Senhor Presidente nos habitua, sobretudo para gastar logo 300 mil euros em publicidade como está previsto, e não esquecendo que perdoou 1 milhão e 100 mil euros, mas, dizer que é manifesto que o Santander Totta que é neste momento o maior banco português já só empresta 400 mil euros; o BPI refere que não é possível o banco apresentar uma proposta e existem três que não dizem nada. Logo, é isto que se tem e demonstram as finanças da Câmara, porém, se não deixarem passar este empréstimo está tudo em causa como algumas obrinhas do plano, salários dos trabalhadores, porque este município tem as obrinhas que todos veem, deixam de ser executadas, a dívida deixa de ser paga e todas as maravilhas de “canto sereia” que o Senhor Doutor Miguel Alves apresenta, acabam por ser uma tormenta tipo “Titanic”. Logo é fundamental que este empréstimo seja contraído e é uma pena que o sistema bancário demonstre á sociedade que não confia na gestão que o município tem.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves, disse que já acompanha e faz parte destas Assembleias Municipais a algum tempo, e a esta matéria recorreram vários executivos. Porque assim conseguem no início do ano ter liquidez, e para quem gere uma Junta de Freguesia sabe bem o que é ter falta de liquidez. Logo, este empréstimo, como no passado, vai socorrer as necessidades de verbas para as Juntas, porque todas as verbas para as Juntas de Freguesias são bem gastas, são precisas e precisam deste adiantamento. E, este empréstimo garante isso nos últimos anos, e concorda com aquilo que ali disse o Senhor



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente de Vila Praia de Âncora. Pelo que vota a favor e pede que as verbas para as Juntas de Freguesia sejam adiantadas.

O **Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, disse que vai votar a favor deste ponto, porque é um empréstimo de curto prazo para o exercício económico de 2022. No entanto, lembra ali os Senhores Deputados que no passado fizeram-se vários empréstimos de curto e longo prazo, as dividas continuaram e não viu ninguém dos que hoje ali estão a reclamar um empréstimo de curto prazo, para não se fazer esses empréstimos e nunca foram pagos por quem os fez.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que o empréstimo de curto prazo é investimento que todas as Câmaras de todo o País utiliza para gerir a sua tesouraria. E, é compreensível, porque uma Câmara Municipal não tem uma constância na receita que recebe, existem momentos aonde a receita não é suficiente para acautelar num determinado mês o conjunto das despesas, porque aquela que é fixa é aquela que vem do FEF, dos fundos de transferência do orçamento do Estado. E, existem momentos onde a receita cai e acaba por preencher os cofres de todas as autarquias e passam pelo momento em que cai o IMI, ou outros dos impostos que são receita das Câmara. Logo, em alguns meses é preciso haver a segurança de uma “almofada”, de uma conta corrente que permite ir buscar dinheiro ao banco e cumprir com aquilo que são as obrigações do Município.

Disse ainda o Senhor Presidente que o empréstimo de curto prazo tem uma característica que ali vai significar ao Senhor Deputado Abílio Cerqueira, mas, também ao Senhor Deputado Jorge Nande, que julga que não percebe nada desta matéria. É, que o empréstimo de curto prazo, é contraído este ano e tem que ser pago até ao final do ano, e pensar que um empréstimo de curto prazo que tem um limite de 800 mil euros, que vai resolver os problemas da Câmara e que resolve as obras e paga salários, é de quem não percebe nada de



Assembleia Municipal de Caminha

empréstimos e de salários e trabalhadores. Pelo que, deixa ali bem claro para que serve este empréstimo, serve para cumprir com a tesouraria da Câmara e ao longo de estes anos tem-se contraído esta conta corrente, a possibilidade de se ir ao banco buscar até 800 mil euros, e no ano passado apenas se utilizou 184 500,00€, serviu para antecipar as despesa correntes das freguesias; em 2020 foi utilizado 184 500,00€, serviu novamente para antecipar as despesas correntes das freguesias, que se trata de pagar a todas as Freguesias de uma só vez; em 2019 foi utilizado 184 500,00€, serviu para antecipar às freguesias e também se utilizou 200 mil euros para pagar um processo judicial que herdaram do tempo do PSD no poder ao Dr.º Dionísio Marques 385 mil euros; em 2018 foi utilizado 184 500,00€, para adiantar às freguesias e para pagar um processo judicial que herdaram de 200 mil euros e um outro de 50 mil euros da Quinta da Barrosa; em 2017 foi utilizado 245 mil euros, porque ainda não se adiantava às juntas de Freguesia, esse foi para pagar dois processos judiciais que herdaram do tempo do PSD, ou seja, é para isto que tem servido os empréstimos, não é para cumprir aqueles que são os caprichos do Presidente de Câmara, logo esta é uma ação normal e até fica impressionado por ser criticado pela exigência que eles tem relativamente à Banca e aos juros a pagar, porque se exigem muito é porque querem pagar menos juros, é natural que a banca não consiga oferecer aquilo que a Câmara quer, e julga que não deve ser criticado por isso.

Disse ainda o Senhor Presidente que deixa ali uma nota final sobre o estilo que o Senhor Deputado Jorge Nande se dirige a ele, e confessa que quando a ignorância é vestida de altives e arrogância, dá graça. E, o Senhor Deputado é o último deputado desta Assembleia para poder ter a legitimidade ou o topete de se dirigir a ele nesses termos. Alguém que só nesta sessão a iniciou com uma vozeria inacreditável, alguém que disse que ele fazia aldrabices, alguém que clama muito com a vergonha na boca “há lá ventura” que é um estilo que o Senhor Deputado aprecia, alguém que se dirige à mesa “tenha lá calma” e ainda alguém que se dirigiu à pouco ao Senhor Presidente da Assembleia



Assembleia Municipal de Caminha

Municipal que se “estivesse calado, enquanto falo, é que fazia bem”, não tem perdão e não tem como o chamar á atenção por sorrir perante a sua ignorância travestida de arrogância e altives.

Muito obrigada.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que não se vai comparar com posições que sejam de malcriadez e de desrespeito pela mesa da Assembleia Municipal e pelos Senhores Deputados que ali estão. Porque, quem usa a terminologia que está a usar nesta Assembleia Municipal, não está a ajudar a Assembleia Municipal, está a prejudicar o debate, e ainda refere o Senhor Deputado que se ele tiver ali uma atitude de agressividade as pessoas não vão estar com ele, vão estar contra ele.

Quanto ao empréstimo a posição do Bloco de Esquerda vem na linha daquilo que sempre tem estado a fazer. E, não está contra os empréstimos para adiantar as transferências as Juntas de Freguesia, até porque sempre defendeu as autarquias, e exemplifica que se em sua casa tem dividas para com toda a gente, tinha que ter duas atitudes, e, anda com um carro de luxo ou diz que não pode usar aquele carro porque deve ao vizinho e compra um carro muito barato, mas, vai pagar ao vizinho aquilo que ele lhe emprestou, porque este sempre foi o procedimento que teve na vida e tem-se dado bem com isso, e sabe que a intenção é ajudar as Juntas de Freguesia, acha que isso deve ser feito, mas, este empréstimo vai no sentido contrário daquilo que o Bloco tem proposto.

Disse.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, em defesa da honra, disse que não é neste plenário que defende a honra, porque há outros para defender a honra. Mas, regista que o Senhor Presidente da Câmara o chamou de incompetente, regista que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal o chamou de mentiroso, e regista sobretudo que aquilo que o acusam de ser arrogante,



Assembleia Municipal de Caminha

contrapõe-se àquilo que é a manifestação do exercício maioritário de uma forma despe-ta, é isto que se tem visto por parte do PS. Disse que quando ali chegou que iam ter 4 ano disto, deixem de ser despe-tas no exercício do poder e talvez ele deixe de ser tão assertivo.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, em resposta ao Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse que respeita o posicionamento e é coerente, mas, como simplificou a imagem, também vai simplificar do ponto de vista da Câmara Municipal sobre esta matéria, e refere que existem momentos ao longo do ano, por força das obrigações que a Câmara tem incapacidade de entrada de dinheiro num determinado momento em que as contas da Câmara ficam relativamente baixas, e existem outros momentos que a conta da Câmara tem 2 milhões de euros de repente, e não é para esse momentos que este empréstimo de curto prazo serve. É, precisamente para acautelar que não chegue uma sentença judicial num determinado momento, em que se tenha que dispor já em transito em julgado de 200 ou 300 mil euros, ou para acautelar uma ação das juntas de freguesia. E, por exemplo, no ano passado foi possível transformar as despesas de capital em despesas correntes porque houve uma excecionalidade do Orçamento do Estado, no ano de pandemia, e a Câmara conseguiu mobilizar esses valores através da tesouraria que se tinha, logo, não foi necessário, mas, em alguns momentos é necessário para estes pagamentos que são feitos entre fevereiro e março porque são meses duros do ponto de vista da tesouraria e isto acautela a situação, e tem uma vantagem do ponto de vista daquilo que defende, porque, a Câmara tem que pagar até ao final do ano e não contribui para a dívida. Ou seja, é saber que mais tarde se tem um bolo que entra e desse bolo já se dispõe para as Juntas de Freguesia. Mas, é fundamental adiantar dinheiro para as Juntas de Freguesia, este ano a Câmara vai subir mais um pouco que são os tais 20%, e tem que se ter esta almofada, porque no exercício da tesouraria existem surpresas que acontecem e momentos que de repente tem que se pagar uma quantia avultada e é esta



Assembleia Municipal de Caminha

conta corrente que ajuda na gestão camararia e como todos sabem tem que se pagar, mas tem a certeza que ao longo dos debates compreenderá esta gestão e para se poder acautelar neste momento que as Juntas de Freguesia possam ter a sua receita adiantada.

Muito obrigada.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa e disse que é sempre oportuno recordar que ainda se tem um regimento que rege o trabalho, e se é verdade que se está no período da ordem do dia e após intervenção dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente pode nos termos do art.º 23 prestar esclarecimentos àquilo que os Senhores Deputados dizem, mas a verdade é que com todo o respeito pela intervenção do Senhor Deputado Abílio, tem alguma dúvidas sobre a intervenção que ele fez, porque segundo o regimento e sobre o entendimento generalizado da mesa só se podem formular questões e o Senhor Deputado Abílio não formulou questões, fez uma espécie de réplica, que respeita, mas, regimentalmente não aceita. E, também não vê de onde decorre do art.º 23 que o Senhor Presidente da Câmara pudesse usar da palavra. E, com isto só querem fazer notar que a mesa tem um regimento que o aplica umas vezes e outras vezes esquece.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís Martins**, em resposta ao Senhor Deputado disse que o Senhor Deputado não devia ter estado atento à intervenção do Senhor Deputado Abílio Cerqueira. E, refere ainda que o Senhor Deputado confunde estas sessões com as de um tribunal, e o Senhor Deputado está ali como político, e deve refletir sobre isso.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a



Assembleia Municipal de Caminha

favor, 01 votos contra e 11 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H10M, do dia 15 de janeiro de 2022, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

O Presidente

(Manuel Luis Pires Martins)